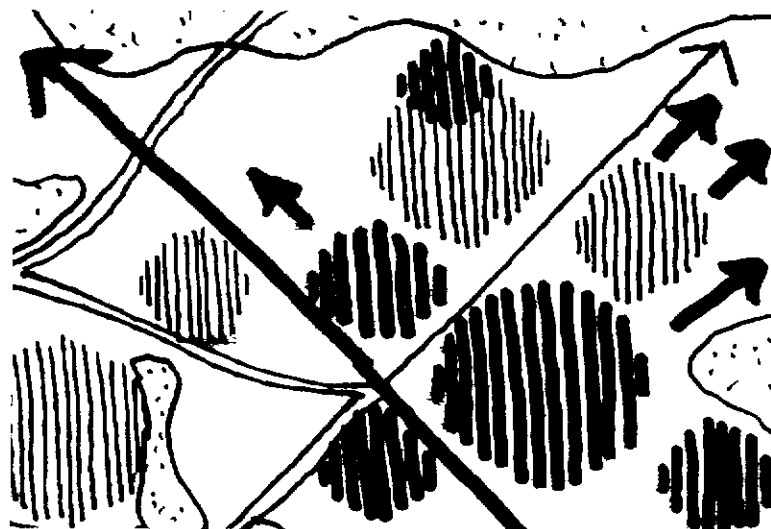

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

A
(A) CULTURAÇÃO
URBANA



VITOR MANUEL CARREIRA ARAÚJO

NOVEMBRO 1997

2º CURSO DE Mestrado em
RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO

Agradecimentos

O presente trabalho não teria sido possível sem a cultura e dedicação do seu Orientador, Prof. Arqº Alexandre Alves Costa; sem um "empurrão" do Arqº Michel Toussaint; sem o apoio "logístico" e facultação de variadas informações únicas dos Arq.ºs Carapeto e Paulo Vieira, Arqª Carla Justo e Arqº José Garrett e Sr. Augusto Mesquita das Câmaras Municipais de Viana do Castelo, Santarém e Montemor-O-Novo respectivamente; sem o incondicional apoio e disponibilidade em termos bibliográficos do Sr. Alexandre Graça e Sr. Francisco Barros do Serviço de Bibliotecas Itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, sem a colaboração pronta de Manuela Marques, Sónia Correia e Drª Sandra Rodrigues; sem o acompanhamento final e revisão textual da Drª Leonor Barros; sem os bons conselhos, questionamentos e constante encorajamento dos amigos e Arq.ºs Marinho Pinto e Susana Correia e finalmente, sem o apoio de todos aqueles que contribuíram com a sua amizade, disponibilização de meios e motivação.

ÍNDICE

Prefácio	3
I Parte	
1. Introdução	5
2. Estudos de Caracterização e de Enquadramento	8
2.1 Motivações Culturais das Populações	12
2.2 Motivações de Escolha	13
3. Inserção Territorial	16
II Parte	
4. O Aglomerado Urbano como Entidade	20
4.1 Casos de Estudo / Amostra	23
4.1.1. Viana do Castelo	23
4.1.2. Santarém	30
4.1.3. Montemor-o-Novo	37
4.2 Análise Conjunta	42
4.2.1 Introdução	42
4.2.2 Elementos Estruturantes e Indutores de Crescimento Urbano	43
4.2.3 Barreiras e Elementos Condicionadores da Expansão Urbana	44
4.2.4 Elementos Morfológicos e Tipológicos	45
4.2.5 Elementos de Contacto	48
4.2.6 (Algumas) Linhas de Actuação	50

III Parte	
5. A Forma Urbana	54
5.1 A Afecção Periferia / Subúrbio / "Centro Histórico"	59
5.2 Ambientes(s) / Dinâmica(s) Urbana(s)	63
5.3 O Crescimento Urbano / Planeamento	67
5.3.1 Aplicabilidade de Planos - Situação Vigente	71
5.3.2 Da Especulação à Massificação	76
6. Rotura Edificada / Arquitectura Contemporânea	81
6.1 Características Arquitectónicas	85
6.2 O Desenho como Elemento de Reconstrução	89
IV Parte	94
7. Conclusão(ões)	95
7.1 Em Termos Urbanos	95
7.2 Em Termos Arquitectónicos	102
8. Bibliografia	108

PREFÁCIO

Por Património Cultural entende-se toda a experiência e consequente materialização (aglomerados, casas, paisagens, monumentos...) e espiritualização (literatura, música...) definidora de um povo no seu devir histórico.

Poderá intervir-se em áreas específicas desse mesmo Património, no entanto, não deverá perder-se a noção global em que a parte se insere, nem as diferentes facetas que o mesmo objecto considerado pode assumir, em simultâneo, enquanto realidade material e espiritual.

No constante percurso da viagem, da deslocação do vai-vém, deparamo-nos constantemente com a massificação urbana, por (muitas) vezes desordenada.

Confrontados com situações reais -Viana do Castelo, Santarém e Montemor-o-Novo (Casos de Estudo/Amostra) o trabalho tenta abarcar uma visão nacional.

É entendido, na sua globalidade, como que um desafio às imagens retidas por cada um de nós, ou seja, aquando da sua leitura o trabalho facultar ou estimular a (re)lembração de casos por todos nós presenciados e/ou vividos.

O trabalho não apresenta assim imagens, por vezes originadoras de (alguma) desatenção, perante o texto, mas sim tenta fazer sentir a cada um de nós leitores a caricatura que todos desenhamos e em que vivemos.

(...) o filme, no momento em que o vemos, é imediatamente uma recordação dele próprio e, quando chega ao fim, vimos um filme que, ao longo dos últimos anos, vimos todas as vezes que tivemos ocasião de o ver.⁽¹⁾

¹ WENDERS, Wim -EMOTION PICTURES, Lisboa, Edições 70, 1986. p.16

I Parte

1.

INTRODUÇÃO

Construir é colaborar com a terra; é pôr numa paisagem uma marca humana que a modificará para sempre; é contribuir também para essa lenta transformação que é a vida das cidades.⁽¹⁾

Ao estudar as formas de crescimento urbano pretende-se compreender as alterações do estado do território e, deste modo, contribuir para a aplicação de novos modelos teóricos que superem as ideias urbanísticas tradicionalmente reconhecidas até ao presente.

Estas ideias, de facto, não se mostram sempre adequadas às particularidades do crescimento urbano quando este tem lugar em condições económicas e sociais distantes das que rodeiam o trabalho dos teóricos consagrados.

Na Constituição Portuguesa estão consagradas de uma forma directa e indirecta, as bases da organização espacial da sociedade. Estabelece as suas prioridades como sejam, a habitação, os equipamentos de saúde e de educação à disposição da população onde quer que esta resida. Numa perspectiva de longo prazo, ela determina o ordenamento do espaço de modo a construir paisagens economicamente equilibradas e o aproveitamento racional dos recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e estabilidade ecológica (Arts. 9º e 66º).

¹ YOURCENAR, Marguerite - *MEMÓRIAS DE ADRIANO*, 6ª Edição, Lisboa, Editora Ulisseia, 1988, p.p.109-110

O crescimento económico não é o seu objectivo último, mas sim o desenvolvimento. Este pressupõe fins que transcendem os de carácter meramente económico. A justiça, a cultura e a independência são indispensáveis a um objectivo maior - a qualidade de vida, a felicidade.

Segundo a Constituição, o desenvolvimento atinge-se através da satisfação das necessidades básicas da população, esbatendo-se as desigualdades e criando-se condições de acesso a bens e serviços essenciais, implicando assim, uma eficaz distribuição de equipamentos terciários, impondo-se a criação de condições de acessibilidades a bens e serviços sociais.

Para além das figuras de planeamento referidas na Constituição, que enquadrarão, no respectivo horizonte temporal, toda a actividade de planeamento, existem outras com funções variadas para o âmbito regional e local como sejam os Programas de Desenvolvimento Regional (PDR), os Programas Integrados de Desenvolvimento Regional (PIDR), os Programas Regionais de Empreendimentos Intermunicipais e os instrumentos mais direccionados para o âmbito municipal: o Plano Director Municipal (PDM), o Plano Geral de Urbanização (PGU), Áreas de Desenvolvimento Urbano Prioritário (ADUP) / Planos de Pormenor (PP).

Até 1965, coube ao Sector Público garantir em exclusivo a função social da gestão do espaço (entenda-se em termos comuns - solo), através do seu planeamento e gestão. No entanto, a sua resposta crescentemente desenquadrada e insuficiente para as necessidades de uma sociedade em transformação, originou o aparecimento de actividade urbanizadora privada, corporizada maioritariamente pelos loteamentos ilegais.

A passagem do sector primário para os sectores secundário e terciário, levou a um crescendo na procura do espaço urbano, particularmente como habitação, que estimulou os promotores privados a investirem fortemente nos loteamentos de áreas

livres, periféricas ao espaço urbano. Estas zonas, contemplaram não só antigas quintas e terrenos rurais, mas também vilas como Sintra ou a Porcalhota (a actual Amadora), que eram utilizadas até ao princípio do presente século como áreas lúdicas das classes abastadas.

Assistimos assim, à substituição de um tecido de fraca densidade, que fazia a transição do espaço urbano para o rural, constituído por moradias unifamiliares, pequenas quintas e azinhagas por bairros de habitação multifamiliar, que visam a maximização de lucro entre o trinómio, preço de construção, área do terreno, área habitável, cujas infraestruturas a existirem, estão subdimensionadas, sem áreas de lazer ou equipamentos públicos de apoio, oferecendo um espaço urbano descaracterizado e de fraca qualidade tanto em termos plásticos como vivenciais, sem referências urbanas significativas, e que, em última instância desvirtua por completo o objectivo apontado na Constituição Portuguesa na gestão do espaço - a qualidade de vida, a felicidade.

Como Manuel Graça Dias afirma⁽²⁾ *as construções já não se distribuem microclimaticamente por diversas tipologias, aparentemente em comunhão estreita com a facilidade ou as necessidades do utente... mas espalham-se um bocado por todo o País que se transformou em região europeia.*

² DIAS, Manuel Graça - *VIDA MODERNA*, Mirandela, João Azevedo Editor, 1992, p.210

2.

ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DE ENQUADRAMENTO

Os resultados insuficientes das políticas e dos programas habitacionais, para o controle do crescimento urbano, devem-se em parte a uma má compreensão da natureza da construção.

A realidade dos lugares de alojamento consiste nos seus atributos tal e qual como são experimentados e percebidos e não nas suas qualidades e formas materiais.

Daqui se deduz que o “problema da moradia” se vê normalmente desfigurado em termos quantitativos em vez de qualitativos, de tal forma que se torna mais fácil, a massiva utilização do(s) mesmo(s) tipo(s) de projecto(s) para solucionar os problemas populares de habitação como resposta adequada às referências vitais dos futuros habitantes (sociais, políticos e económicos), que resolvê-los.

Assim, poder-se-á concluir que o problema da habitação, enquanto distinto dos problemas económicos, como o emprego e a distribuição de riqueza, é um problema sobre o uso adequado dos recursos disponíveis para a construção, e não se soluciona forçando todos os recursos, indiscriminadamente, para a produção do máximo número possível de habitações, que cumpram os standards modernos.

Poder-se-ia assim analisar a “moradia” do seguinte modo:

- como **aparência** do artefacto material;
- como **objecto** da realidade envolvida.

Como a aparência de um objecto, sua forma, estrutura, tamanho, peso, etc., carece de sentido, sem o conhecimento do seu conteúdo e fim, a sua definição deverá basear-se mais nos atributos do sujeito envolvido.

Na concretização desse mesmo objecto revelam-se três funções essenciais que o determinam: refúgio/segurança, localização e identificação com o próprio objecto.

Em princípio estas três funções são constantes, são igualmente aplicáveis em qualquer situação geográfica ou cultural, mas desde logo as formas adoptadas e a sua construção (deveriam) variar.

Variam, no entanto da mais baixa prioridade, que indica a aceitação de uma **coisa** em termos temporais e a mais elevada, que indica a procura das maiores comodidades standardizadas que podem ser alteradas por valores estéticos ou próprios do status.

O método de investigação de cada fenómeno na sua “situação” histórica, é superado pela necessidade de organizar os acontecimentos numa “visão” histórica.

- O micro-sistema dá lugar ao macro-sistema, o objecto arquitectónico deixa de ser lido como elemento isolado, como protótipo estilístico para se agregar a um sistema urbano e social muito mais vasto e complexo do que até então considerado. Ao espaço urbano é dada uma maior importância e atenção que ao espaço arquitectónico propriamente dito.
- A linguagem histórica torna-se mais heterogénea e o enunciado dos problemas mais amplo e abrangente, mas ao mesmo tempo ela é menos sintética e conclusiva, isto é: a imagem-tipo, o paradigma teórico, a ideologia dão lugar ao pluralismo imagético, ao paradoxo estético e à moral abstracta da forma. Já não é possível falar de Estilo mas de uma justaposição de filosofias breves e parcelares de arquitectura.

- Uma outra causa da heterogeneidade ideológica actual, é sem dúvida o ritmo da produção arquitectónica. Tal permite a simultaneidade de várias correntes da arquitectura, muito embora a sua variedade e fácil difusão não possa ser considerada, dum ponto de vista qualitativo, pertinente na sua globalidade.

Em todos os exemplos da apropriação urbana do espaço, eles são de carácter nefasto e condicionador. Quase sempre a sua (re)invenção obedece a eixos/cânones de poder a percorrer e revelar, ideias a incutir e formas/expressões a dominar.

Há por estas aldeias e vilas ainda expressões de arquitectura popular que são obras primas de construção, pelo aproveitamento e escolha dos materiais, pela utilização dos espaços, processos de construção e decoração que constituem um habitat auto-suficiente.

Em presença da obra *Arquitectura Popular Portuguesa* resultante das pesquisas de seis grupos de arquitectos portugueses que percorreram 50.000Km do País, tirando 10.000 fotografias, executando centenas de desenhos e (pre)enchendo milhares de fichas com um sentido agudo das relações existentes entre a paisagem natural, a paisagem urbana e rural, entre os objectos artísticos e a sua colocação naquela que era a situação territorial portuguesa de há trinta anos atrás, e confrontar as ilustrações dessa obra com fotografias que reproduzem a situação actual poderá aperceber-se de quantos danos irreparáveis ocorreram já em tantas zonas por onde cresceu o factor do progresso e da especulação económica, até em lugares onde uma prévia programação poderia, ter permitido um desenvolvimento harmonioso e orgânico da complexidade urbana, pois existia o espaço necessário para o fazer.

Esse levantamento formal e funcional das edificações, permite-nos hoje uma visão global e geográfica da evolução tipológica do espaço em termos "regionais", mas não conseguindo conjugar os referidos objectos com a cultura dinâmica de um povo.

Daí depreendermos uma visão caso a caso, ou casa a casa, e não debruçada , em algumas situações, sobre o aglomerado onde se inserem.

Para Fernando Távora⁽¹⁾ a obra veio a manifestar antes *os valores menores "humildes" do nosso espaço antigo*, atendendo à adulteração contínua do espaço, como vimos a presenciar, ficando como uma *"imagem" fixa no tempo.*⁽²⁾

¹ TÁVORA, Fernando - *DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO*, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1982 (1962), p.71

² FERNANDES, José Manuel - "NOTAS SOBRE A C.E." In *SEMA* N°4, Maio 1982, s.p.

2.1.

MOTIVAÇÕES CULTURAIS DAS POPULAÇÕES

É no domínio público que o modelo habitacional proposto é o da “casa nova”, conduzindo-se publicitariamente as populações a preferirem as casas novas, nas novas urbanizações.

Creemos que as populações não cedem à sua automarginalização apenas por razões materiais: com efeito existe todo um trabalho “cultural” de manipulação psicológica aplicado ao consumo de “casa nova”, identificada como atraente modelo de “vida nova”, de vida prática “à americana”...

O que importa é combater a construção tida por especulativa, tentar corrigir nas raízes os factores que suscitam a imagem actual da “casa”, evitar a delapidação e a dispersão dos bens.

Não se defende a obstrução a novas construções, muito pelo contrário: na aldeia, no núcleo histórico de uma vila ou de uma cidade, a arquitectura contemporânea deve ser colocada perante a escala local, as técnicas, as cores e as texturas tradicionais e saber dialogar com elas. Qual o diagnóstico? Falta de sensibilidade? Por interesse material? Especial concepção de “progresso”? Ou tudo junto? Responsabilidade exclusiva do autor do projecto? De modo algum, antes alheamento colectivo - responsabilidade colectiva - do conjunto formado pelos serviços de urbanização, autarquias locais e população em geral .

2.2.

MOTIVAÇÕES DE ESCOLHA

Como factores originários deste tipo de escolha, poder-se-ão indicar os seguintes:

ECONÓMICOS

- baixos rendimentos da população portuguesa; grande desfasamento entre o poder aquisitivo e o custo da habitação;
- forte especulação fundiária e imobiliária no processo da promoção habitacional;
- acessibilidade do crédito à habitação;
- disponibilidade de pequenos capitais e poupanças para acesso à habitação ou para investimento;
- progressiva marginalização das pequenas empresas de construção pelo mercado imobiliário formal;
- decadência das estruturas produtivas ligadas ao sector agrário, com o abandono de explorações agrícolas, florestais e pecuárias.

INSTITUCIONAIS

- centralização e burocratização da Administração Urbanística;
- rigidez e morosidade no processo de licenciamento de loteamento e construção;

- planeamento, legislação e práticas privilegiando os grandes promotores;
- “impermeabilidade” das instituições à expressão da vontade e interesses das populações, designadamente na sua participação individual ou colectiva no processo de planeamento e gestão urbana.

CULTURAIS

- hábitos e aspirações de uma população em transição rural-urbano;
- modificações nas exigências da população urbana em relação à habitação, novos modelos de bem estar.

O equilíbrio sítio-edifício tem vindo a quebrar-se aceleradamente, pelo que presentemente *estamos sujeitos a ficar sem memória...*⁽³⁾

Os clientes de diversos géneros podem passar, mas o futuro da arquitectura depende eventualmente da classe de edifícios que o público pedir. Seria preferível que as pessoas perguntassem a si próprias o que esperam da arquitectura. Quando conseguirem eliminar os preconceitos e hábitos que os fazem desejar colunas, por exemplo, não por motivos de ordem arquitectónica, mas porque têm o vício de associar colunas à ideia de luxo e pompa, compreenderão que a arquitectura podia ser-lhes muito mais útil do que é. O que na realidade ambicionamos são cidades bem planeadas com edifícios bem projectados, porque foram estudadas as necessidades reais dos habitantes; edifícios que, por outro lado, aproveitando plenamente as possibilidades modernas empregando-as com imaginação resultam possivelmente um

³ CARDOSO, António M. - "PREMISSAS PARA A SALVAGUARDA E REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-URBANÍSTICO EM PORTUGAL", In *ACTAS*, Alcobaça, 1978, p.158

prazer. Este programa sugere algo de completamente diferente da arquitectura convencional do nosso tempo.

3.

INSERÇÃO TERRITORIAL

Surtem em grupos, desencontradas, alinhadinhas ou espessadas pela vertente, acima da linha da paisagem, abaixo da rasante da estrada, sempre ignorantes desta regra urbanística de compêndio, sempre desdenhosas da nossa ciência de composição, do nosso sentir humanizado da cultura.⁽¹⁾

As paisagens actuais são vistas como vulgares e desagradáveis em parte, porque não lhes é dada especial atenção.

As paisagens são feitas pelas ideias e pela construção.

Com a massificação desta, as paisagens resultantes são "notáveis" apenas pela sua vulgaridade. É difícil ficar sensibilizado com estes edifícios, ou mesmo reparar neles.

Na pior das hipóteses, as construções são plasticamente pouco elaboradas -são pouco mais do que caixas, com aberturas quadradas para as janelas e rectangulares para as portas - a arquitectura é como que reduzida ao grau zero. Aqui poderão relacionar-se os recentes estudos de Kenneth Frampton acerca do Regionalismo Crítico⁽²⁾, em que para ele a arquitectura chegou a tal ponto de condicionamento,

¹ TAVARES, Domingos - "A CASA DO EMIGRANTE" In *OBRADOIRO* Nº10, Revista de Arquitectura do Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia Agosto 1984, p.41

² Ver, por exemplo, FRAMPTON, Kenneth - "ANTI TABLA RASA: HACIA UN REGIONALISMO CRÍTICO. CULTURA Y CIVILIZACION" In *OBRADOIRO* Nº10, Revista de Arquitectura do Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia Agosto 1984, pp.60-63

nomeadamente tecnológico, que impede a quase total possibilidade de criação de formas urbanas significativas e com carácter.

As limitações originadas pela referida tecnologia bem como pela especulação imobiliária, restringem o desenho urbano possível, e em que cada projecto/elemento construído se reduz a uma hábil e corrente utilização e conjugação de elementos pré-determinados pela produção massiva.

Com maior frequência têm algum elemento, um pórtico, uma balaustrada, talvez um sinal “cuidadosamente” desenhado, que se tornam um gesto simbólico relativamente a algo distante ou subconsciente.

Já Frank Lloyd Wright em 1901, não se deixou impressionar pela paisagem urbana híbrida que tinha sido criada pelos revivalismos da altura. Havia pouco a elogiar e muito a criticar, sobretudo o excesso de diferenças triviais que resultava naquilo que ele, com inteligente precisão caracterizava como “a monotonia na variedade”.

A aplicação das novas tecnologias não reclamam nem sugerem formas de construção específicas ou características paisagísticas. Em vez disso, o seu efeito é transformar os locais em enormes equivalentes de como lhes chama Edward Relph⁽³⁾ *flores de plástico: onde segundo ele as coisas permanecem, aparentemente, como sempre foram, mas os seus materiais e significado mudaram profundamente.*⁽⁴⁾

Neste sentido Fernando Távora⁽⁵⁾ ressalva mesmo que o crescimento incontrolado do espaço urbano contemporâneo, é *uma espécie de monstro* criado pelo homem, estando presentemente, este, dominado *nas suas garras*.

³ RELPH, Edward - *A PAISAGEM URBANA MODERNA*, Lisboa, Edições 70, 1990, p.110

⁴ IDEM, p.110

⁵ TÁVORA, Fernando - *DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO*, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1982 (1962), p.47

Refere ainda que o resultado daí obtido resultou em *ocupação e não organização*⁽⁶⁾ do espaço, gerando-se daqui uma implantação perfeitamente disseminada por todo o território.

Quando em conjunto, nos aglomerados mais recentes ou em partes mais recentes de aglomerados mais antigos, as construções formam áreas urbanas extensas, heterogêneas e (algo) desordenadas.

Desaparece uma estética, outra se constrói, e que um dia sem dúvida terá história e será também "estética de uma paisagem aldeã". Mas perde-se uma raiz, raiz essa que um dia levaria a compreender a nova paisagem urbana, hoje tão detestada e tão incompreendida. Par a par, coexistem hoje nas aldeias duas concepções, dois mundos em lutas desiguais.⁽⁷⁾

⁶ IDEM, p.55

⁷ MENDOÇA, Nuno - "O BELO URBANO E A ESTÉTICA DA CONTEMPLAÇÃO" In *CORREIO DA NATUREZA*, Nº17 4º Trimestre, 1992, p.21

II Parte

4.

O AGLOMERADO URBANO COMO ENTIDADE

Para Frank Lloyd Wright, *a terra é a forma de arquitectura mais simples. Construir sobre a terra é tão natural ao Homem como aos outros animais, quer sejam mamíferos, pássaros ou insectos. Mas na medida em que o Homem é mais que um animal, as suas construções tornaram-se o que chamamos arquitectura.*⁽¹⁾

Na era considerada moderna o urbanismo sempre deu mais importância ao fazer de novo do que renovar o existente.

Foi encarado como desafio o próprio crescimento, o dinamismo, a capacidade de intervenção, em suma, a quantidade. O mesmo tornou-se obsessivo pela incapacidade de limitar esse crescimento, pelo (des)controlo, o que se obteve como resultado global foi uma verdadeira decepção.

O dinamismo, acima mencionado, está na origem da transformação do espaço urbano. Os processos ditos urbanísticos “desenham” a cidade através da localização dos usos dos diferentes grupos sociais, da ordenação morfológica do espaço e da própria expansão tipológica dos edifícios.

A maior parte dos aglomerados desenvolveu-se com simples traçados ou com “orientações” mais simples, quando a indústria e a terciarização os obrigou a estender demolindo muralhas, invadindo terrenos.

¹ WRIGHT, Frank Lloyd - *THE FUTURE OF ARCHITECTURE*, New York, 1953

Mais recentemente, pelos planos ou falta deles, o crescimento passou a dar-se aos saltos, e ao tentarem novamente o controle da situação, evitando o estrangulamento, “viraram-se” para dentro.

Daí, presentemente, se poder manifestar que não se trata apenas de defender e conservar, trata-se antes de renovar e inovar.

Assim agudiza-se o conceito de aglomerado urbano/cidade, sendo esta um todo, apesar cada vez mais do somatório de fragmentos. Centro histórico e periferia fazem parte do mesmo conjunto integrante da própria gestão urbana, processando-se trocas recíprocas e mesmo especulativas.

A difusão dos modelos culturais, considerados aqui caso a caso, está intimamente relacionada com a(s) acessibilidade(s), a intensidade das trocas com o centro urbano.

A urbanização desenfreada tende a aglutinar aglomerado a aglomerado formando conjuntos edificados que vão cobrindo o território. Encaram-se, presentemente, como regiões urbanizadas em cadeia contrariando a denominação de “cidade”.

Assiste-se, ainda a um sistemático preenchimento de vazios urbanos por acções que envolvem o triângulo terreno/construção/infra-estruturas, como efeito da própria estrutura e paisagem urbanas, numa perspectiva mais problemática do sentido de comunidade do que da própria experimentação de situações novas e marcantes. Em suma, o aspecto viário, como já referido, pesa sobre a morfologia do lugar.

As transformações sofridas ao longo do tempo são indiferentes à época em que são introduzidas, traduzindo o património numa única era contínua, ou seja, parada no tempo, exemplo Av. da Liberdade.

O trabalho actual sobre a realidade, dita cidade, trava-se agora na articulação entre fragmentos diferenciados.

A entidade urbana é o campo privilegiado da arquitectura no entanto, o projecto urbano não deverá ser um projecto de arquitectura por peças, mas antes, de definição de um processo que envolve a arquitectura.

Considera-se aqui que a proposta de projecto urbano deverá responder a requisitos precisos:

- antes de mais deverá fixar através de um traçado regulador a configuração dos espaços e uma morfologia que se inscreva e relacione com a história urbana em causa;
- a proposta deverá ter em conta as sucessivas operações ligadas à reconstrução e à demolição, evitando comprometer a continuidade vivencial do quarteirão, bairro, vila, ou mesmo cidade;
- o projecto deverá prever uma proposta de articulação coerente das partes com a envolvente que sirva de quadro de referência (vinculativo) para as diferentes materializações consequentes por um período mínimo de cinco anos;
- o projecto deverá ainda prever um regulamento de prescrições conceptuais, construtivas, de normas de actuação das intervenções, de modo a orientar a projectação arquitectónica.

4.1

CASOS DE ESTUDO / AMOSTRA

4.1.1

VIANA DO CASTELO

ESTRUTURA URBANA

A tradição rodeou o nome de Viana do Castelo de uma auréola quase mítica: a cidade era a “pérola” ou a “flor” do Lima, a “mais bela de Portugal”, uma espécie de prodígio produzido pela história e pela natureza.

O carácter de Viana do Castelo é, antes de mais, urbanístico. Resulta da coerência da sua malha urbana de forma circular regular e compacta entre o rio e os montes, e não de monumentos desgarrados.

A cidade é profundamente urbana, no sentido clássico do termo. As ruas estreitas cruzam-se em quadrícula, desembocam por vezes em avenidas mais largas ou sobre o largo do rio, mostram sobre os telhados a cercadura natural das encostas. A altura das casas, que raramente ultrapassam os três pisos, a largura das ruas, que permite conversar entre passeios opostos, a multiplicação de lojas e cafés, o trânsito constante de carros e pessoas fazem de cada hora passada em Viana uma experiência afectiva da cidade e da vida na cidade.

Mas, é esse o carácter de Viana, é esse o modo como a sua malha, criada na Idade Média e no século XVI, agarra todas as coisas sem lhes tirar a sua

individualidade, ou seja, o Centro Histórico mantém a sua importância, a sua centralidade sendo o verdadeiro "coração" do desenvolvimento.

Viana do Castelo é talvez o lugar de Portugal onde mais claramente se dá a ver uma espécie de "microclima" arquitectónico, fortemente específico até pela continuidade e aversão à mudança brusca que é a sua característica principal.

Diferente do Centro e Sul do País, não vemos em Viana, incisivamente, a continuidade da tradição arquitectónica sóbria, pobre e "chã". Viana distingue-se, em primeiro lugar pelo continuado gosto pelo luxo e pela decoração.

Mas Viana não é uma espécie de mostruário de estilos; a sua arquitectura não viveu uma sucessão descontínua de tempos curtos mas sim a permanente recomposição dos tempos longos; os edifícios vianenses lembram-se dos seus antecessores e transportam em si essas memórias. Viana recusou sempre partir os tempos, cortar com o passado, e desfazer-se em várias cidades.

TECIDO URBANO

A cidade chegou ao século XX com a localização e a configuração típicas dos centros urbanos portugueses desenvolvidos nos finais da Idade Média: implantação na margem direita de um rio com amplo estuário, perto da foz, apresentando um crescimento muito mais acentuado ao longo do curso de água do que para o interior –sensivelmente o dobro.

São três os principais momentos de crescimento ou alteração urbana de Viana do Castelo anteriores a novecentos: o que se segue à fundação da vila, o século XVI e o último quartel do século XIX. As consequências de qualquer deles estão ainda claramente visíveis na cidade actual.

No tempo de D. Dinís (séc. XIII), a despeito do aglomerado pré-existente no ponto de atravessamento do rio, Viana da Foz do Lima foi uma vila verdadeiramente fundada de novo (não só em termos administrativos como na forma de ocupação do território) e, até certo ponto, planeada. A forma da cerca e a estrutura urbana do núcleo intramuros podem considerar-se, aliás, como modelo, quase o paradigma miniatura, do burgo medieval fortificado (estruturado a partir de dois eixos ortogonais, um paralelo e outro perpendicular ao rio).

O grande *boom* arquitectónico e urbanístico, porém, iniciou-se com o século XVI em consequência do desenvolvimento do comércio, do tráfico e tráfego marítimos e da construção naval. Dentro e, sobretudo, fora das muralhas são inúmeros os exemplos de casa nobres e correntes que foram construídas, inseridas na malha urbana de dimensões semelhantes.

Estava-se numa época em que por toda a parte se faziam já sentir os reflexos da busca humanista da cidade ideal. Uma cidade onde à idealização da qualidade de vida e à perfeição das relações sociais andava associado um desenho urbano baseado em formas geométricas puras.

Os séculos XVII e XVIII não trouxeram alterações urbanísticas de monta e limitaram-se a completar e consolidar a rede de ruas já delineada.

Numa análise actual é interessante verificar que a localização dos edifícios pertencentes às diversas ordens religiosas definem um anel que separa claramente dois tipos de estrutura urbana. No seu interior uma estrutura constituída por arruamentos estreitos, por parcelas delgadas e compridas, formando uma grelha ortogonal não muito rígida mas coerente, fazendo crer numa lógica e estratégia subjacente. Em torno desta aparece outro tipo de estrutura, formada acima de tudo, por loteamentos sem grande ligação entre si.

Em finais do século XVIII estava formada a cidade que iria perdurar até quase meados do século XX e cujo perímetro ficava grosseiramente definido pela linha de união dos conventos urbanos: S. Bento, Carmo, S. António (com a Ordem Terceira de S. Francisco), Sant'Ana, S. Teotónio (cujas edificações foram demolidas, sem nunca terem sido acabadas, para se construir o complexo da estação de caminho-de-ferro), Recolhimento de Santiago, Convento de S. Domingos e daí de novo até ao Lima. As principais alterações urbanas e arquitectónicas do terceiro grande momento confinam-se, portanto, ao interior do perímetro assim definido e foram não só dinamizadas como balizadas pela linha de caminho-de-ferro, a abertura da Av. dos Combatentes da Grande Guerra e pelos sucessivos aterros junto ao rio, que culminaram com a rectificação da linha de cais desde o castelo até às Azenhas de D. Prior, isto é, ao longo de toda a frente da cidade -a criação do Passeio Público.

Os principais empreendimentos portuários, contudo, desenvolveram-se nos séculos XIX e XX.

A Av. dos Combatentes da Grande Guerra, aberta em 1927, constitui um eixo monumental comparada à dimensão da cidade, manifestando uma notória rotura com tecido urbano. No entanto, apesar das características desta nova via, nomeadamente do seu perfil transversal em nada semelhante aos até então existentes, acaba por se inserir na lógica do sistema ortogonal, tendo o mérito de estabelecer uma nova relação da cidade com o rio.

O Passeio Público, construído junto ao Lima sobre terrenos a ele conquistados resultantes de obras de correcção das suas margens, foi perfeitamente assimilado pela cidade tornando-se o grande espaço de convívio da sociedade vianense.

Na transição do séc. XIX para o séc. XX, Viana foi dotada de vários edifícios novos, alguns deles notáveis e, assistiu a excelentes remodelações de obras antigas (ex.: as transformações ocorridas no velho Convento de Sant'ana entre 1898 e 1905).

Dos anos 20 e 30 data o alargamento e regularização de algumas ruas já existentes, como é o caso da Rua de Olivença, cujo lado poente tem uma correnteza de prédios característicos da época, na sua vertente mais “arte decorativa” que racionalista.

A expansão urbanística para nordeste do núcleo limitado pela via férrea só iria começar perto dos anos 40, para, sem nunca ter sido interrompida, continuar nos dias de hoje ainda com mais força. Os loteamentos promovidos por entidades públicas e privadas, introduzem um novo conceito de cidade - bairro residencial periférico constituído por moradias construídas sobre uma malha reticulada e apoiada em vias existentes - que corresponde ao modelo higienicista próprio do regime.

Com base neste modelo, vai surgindo um anel residencial periférico, pontuado por algum equipamento escolar - em 1946 é construído o Liceu Nacional - e religioso.

No centro da cidade as alterações são de pormenor e incidem sobretudo na transformação funcional que tem como consequência a reorganização do centro cívico. Esta mudança provoca a valorização dos solos, a criação de novos quarteirões e a abertura a novas ruas.

O período da década de 70, bastante conturbado sob o ponto de vista político, social e económico foi marcado por uma crise generalizada de construção civil, acentuada com a revolução de 25 de Abril.

Assim muito embora o Ante-Plano de Urbanização do ano de 1948, revisto em 1961, continuasse a servir de suporte a algumas das novas intenções, começa a desenvolver-se um processo especulativo, que o vai moldando de acordo com os interesses dos promotores privados, facto este que se deve possivelmente e por um lado à incapacidade para gerir localmente o território por falta de instrumentos de planeamento legais e eficazes e por outro à falta de vontade política.

O interior do perímetro ferroviário, onde, evidentemente, a construção e as pequenas alterações urbanas nunca pararam, ferve agora, sobretudo desde o princípio dos anos 80, com duas espécies de obras: a pequena intervenção em edifícios existentes para acrescento de um ou dois pisos e a grande intervenção no "miolo dos quarteirões" para criação de novos pólos comerciais.

Com os anos 80 a construção civil adquire um novo fôlego. Este fenómeno, aliado à falta de instrumentos de planeamento legais e eficazes e à falta de vontade política, levam a que a construção, na periferia da cidade se faça à custa de loteamentos de iniciativa privada, que têm como objectivo a rentabilização máxima das áreas de construção em detrimento da qualidade dos espaços públicos e de qualquer lógica de desenvolvimento do tecido urbano.

Em suma, poderão considerar-se dois grandes períodos de crescimento da cidade:

- de 1258 (fundação do burgo de Viana até meados do Séc.XX, onde esse crescimento se produz de forma gradual e integrada em que se denota a coerência das intervenções;
- desde essa data até aos nossos dias, que é marcado por grandes transformações sociais, políticas e económicas e é caracterizado pelo aparecimento das figuras de planeamento legalmente instituídas, incluindo os loteamentos, os quais deram origem a grandes modificações e crescimento do tecido urbano.

PLANEAMENTO

No que respeita às acções de planeamento, salientam-se as seguintes:

- Ante-Plano de Urbanização (1948) do Arquitecto João Aguiar onde são aplicados modelos de zonamento monofuncional, que tendem a centralizar os equipamentos e a constituir em seu redor áreas residenciais;
- revisão do Ante-Plano de Urbanização (1961);
- Plano Geral de Urbanização e Planos de Pormenor para as áreas periféricas onde a pressão construtiva era maior (início da década de 80).

Estes planos serviram episodicamente de suporte a mais algumas operações especulativas.

- Plano Director Municipal (1991), define as regras básicas para a ocupação, uso e transformação do solo, tal como todos;
- Plano de Urbanização da Cidade, em fase de aprovação incluindo Estudos Urbanísticos elaborados por equipas autónomas de arquitectura, que previamente seriam Planos de Pormenor.

No entanto, constituído como Unidade Operativa de Planeamento e Gestão do PDM, desenvolve as orientações nele definidas, não propondo alterações significativas no que respeita à ocupação, uso e transformação do solo.

Retomando a tradição de outros planos é o desenho da rede viária que irá acabar por estruturar o crescimento da cidade influenciando o modelo de desenho urbano.

4.1.2

SANTARÉM

ESTRUTURA URBANA

Desde a conquista por D. Afonso Henriques (15 de Março de 1147) que a vila de Santarém cedo se torna uma das mais importantes urbes portuguesas da Idade Média, como centro de uma região fertilíssima, e como baluarte de reconhecido valor estratégico para proteger Lisboa e a Reconquista cristã para sul.

A Santarém medieval, organizada como o grosso das urbes de então, em eixos tortuosos de “ruas direitas” cingidas por cinta acastelada, foi uma produtiva vila animada por edifícios alpendrados, por inúmeros edifícios religiosos, por intensa actividade comercial, com mercados, açougues, estalagens, armazéns e feiras, pela presença forte da nobreza, num clima propício ao desenvolvimento da arquitectura e das artes sumptuárias, explanadas aqui com sentido plenamente vanguardista em relação ao grosso do país.

TECIDO URBANO

O perímetro urbano de Santarém, que se manteve invariavelmente uniforme até à data de concessão da cidadania, por decreto de 1868, respeitou nas suas linhas globais o traçado da urbe muçulmana, crescendo e extravasando a primitiva cinta amuralhada. De certo modo, a vila medieval da Reconquista cristã corresponde à evolução e declínio de um antigo centro urbanístico herdado da época de dominação árabe, senão ainda da época romana, adequado às vicissitudes do crescimento

demográfico, à vitalidade funcional dos novos bairros e à típica segmentarização dos estratos sociais.

Ao ciclo de construções mendicantes dos sécs. XIII e XIV liga-se ainda o Convento das Donas.

No século XVI, a vila de Santarém atinge o seu apogeu como urbe portuária, beneficiada por um florescente capitalismo mercantil assente na produção têxtil artesanal de tecelões, tintureiros e alambéis (que alimenta o comércio ultramarino e os empórios africanos), enriquecida pelas frequências constantes da corte nos próximos Paços de Almeirim e pela fixação de uma aristocracia imbuída de valores humanísticos e que incentivava o crescimento urbano e o surto construtivo intramuros e também nos bairros periféricos como Alfange e a Ribeira.

O surto construtivo foi incentivado durante a centúria, seguindo as mutações estilísticas operadas na arte portuguesa, e é por isso que, não obstante as delapidações dos homens e a natural degradação dos espécimes, Santarém preserva ainda hoje um notável acervo de monumentos em estilo manuelino, em estilo clássico – renascentista e em estilo maneirista.

No início do séc. XVIII, Santarém dava lugar a uma fecunda vila animada pela prosperidade dos bairros ribeirinhos e pela intensa vida conventual intramuros, com catorze conventos e nada menos que trinta e seis igrejas e capelas, diversos hospitais, açougues, feiras e mercados, e uma população numerosa distribuída por doze bairros mais ou menos autónomos: Alcáçova, Marvila, S. Nicolau, Atamarma, Mouraria, Requeixo, Pereiro, Milagre, Calçada do Monte, Fora de Muros, Ribeira e Alfange.

O desenvolvimento da vila reflectia-se no surto construtivo e na sua actividade artística, sinal de estabilidade e de contida ostentação barroca.

Os anos de 1851-1917 abrangem o novo ordenamento urbanístico desenvolvido de forma pouco criteriosa e norteado por valores de falso “progresso”, em que se deitam abaixo, com ou sem conivência da Câmara, troços da muralha, igrejas, mosteiros e palácios, em que se nivelam artérias e rasgam praças públicas, em que se abastardam monumentos para instalação de quartéis ou praças de touros, em que se vendem ao desbarato recheios artísticos, em que túmulos notáveis da Idade Média são transformados em bebedouros de cavalos, etc.; uma última fase de destruições, mais comedida, inicia-se em 1917, deparando já com movimentações conscientes de protecção e de salvaguarda que travam acesa luta, quantas vezes desigual, com as autoridades municipais, interesses privados, e com as medidas de alargamento viário e “renovação” urbanística.

Convirá aqui salientar que existe uma radical diferença entre a cidade do espaço histórico feudal - renascentista e a cidade da era do “progresso” material, dos novos interesses económicos e do modo de produção capitalista. O núcleo urbano antes da criação do mercado interno, da livre circulação dos capitais e das pessoas, antes da centralização feroz do capitalismo que ligou todas as pequenas metrópoles entre si, formando um todo unificado, um todo burguês; antes da revolução dos caminhos de ferro e da industrialização, o núcleo urbano estava compartimentado internamente em pequenas unidades. Estas por sua vez, estavam interdependentes e de certo modo, hierarquizadas representando uma delas um centro. Essas pequenas unidades (sub-núcleos urbanos ou “bairros” como dizem os documentos) tinham funções muitas vezes específicas (económicas, político-militares, ideológicas), uma determinada dominância social de classe e todo um conjunto de articulações com os restantes sub-grupos. Finalmente esse conjunto urbano só ganhava sentido inserido no seu meio agrícola e no seu termo administrativo.

A “mui nobre e real vila de Santarém” dividia-se em 5 sub-núcleos, escalonados em dois níveis geográficos distintos: a parte alta, em zona planáltica,

com altitude máxima de 108 m acima do nível do mar e a parte baixa, zona ribeirinha ao Tejo. Esta distribuía-se a N. e S. nos vales de Gaião ou da Atamarma e de Torres ou de Alfange, divididos pela zona planáltica do monte da Alcáçova.

Na parte alta:

- Alcáçova ou Cidadela, com função político-militar ou estratégica durante a reconquista, vindo a tornar-se o centro religioso;
- Marvila, núcleo urbano por excelência, provavelmente muralhado entre os séc. XII e XIII, onde habitava a “classe alta” – burgueses, proprietários das terras, artífices;
- Extra-Muros, zona que cercava Marvila, onde residia o Clero, basicamente formada por conventos, onde a partir do séc. XVI a nobreza vai construir as suas casas. Representa este núcleo a potencial zona de expansão urbana da vila, só esgotada no séc. XX.

Na parte baixa:

- Ribeira, bairro burguês e industrial, vivendo do comércio fluvial;
- Alfange, bairro de pescadores.

No que respeita a Santarém, convém anotar alguns tópicos:

- é possível detectar alternância de predominância urbana entre as diferentes partes (alta e baixa), desde o período romano até ao séc. XX;
- no final do séc. XV a nobreza passa aí a residir bem como colaborou na expansão africana e marítima que incide sobre a própria vila;
- a nobreza vem a abandonar Santarém até ao séc. XIX, crescendo o poder do Clero;

- a parte baixa, nesta altura está em franca ascensão, culminando com a abertura do caminho de ferro Lisboa – Santarém; vindo a aproveitar-se também do lugar estratégico que possui no comércio fluvial.

Pós 25 de Abril, o crescimento de Santarém acentuou sobretudo três vertentes. Em primeiro lugar, alargou o perímetro urbano da antiga vila acastelada, extravasando (e em boa parte destruindo) a cinta de muralhas, e deslocando irremediavelmente o seu eixo romano-medieval.

Segundo, a Cidade estendeu-se para algumas das suas sete colinas outrora sem qualquer construção – como S. Bento ou Monte dos Cravos, onde nos meados deste século nascem bairros sociais - alargando-se significativamente para norte, e para os terrenos planálticos do campo da actual Feira do Ribatejo, e neste crescimento sem adequado planeamento perdeu muito do seu carácter.

Terceiro, a qualidade em geral insignificante dos novos edifícios e alinhamentos, mal estruturados na implantação e sem uma *ideia* arquitectónica geradora, contribuem para acentuar nos nossos dias uma impressão geral desencantadora face à nova cinta de prédios de altura irregular e de perfis desalinhados que quase "afogam" o Centro Histórico.

PLANEAMENTO

No que se refere a instrumentos de planeamento, destacam-se os seguintes:

- Plano de Urbanização de Santarém (1948), do Arquitecto Aguiar, cuja aprovação apenas foi efectuada em 1992, pelo que se arrastaram 44 anos com meras orientações de expansão e desenvolvimento da cidade;

- Plano de Pormenor de Reabilitação e Salvaguarda da Mouraria (1992) que incide na área correspondente ao Centro Histórico, cuja nomenclatura do plano assim indica os trabalhos a efectuar;
- pequenos Planos de Pormenor (1992) que incidem em zonas particulares do Centro da Cidade;
- Plano Director Municipal (1995);
- Plano de Urbanização da Zona de Expansão de Santarém que se encontra em fase de estudos;
- Plano Estratégico da Cidade de Santarém, em fase de aprovação, em ligação directa com o P.D.M., cujos objectivos serão:
 - orientação da expansão urbana, em termos de requalificação urbana e ambiental da periferia urbana e do tecido urbano consolidado;
 - controlo de ocupação urbana dos aglomerados populacionais existentes com requalificação ambiental das áreas já ocupadas;
 - recuperação e valorização do património edificado dos núcleos populacionais antigos.

Através da importância crescente do sector de serviços, como geradores de riqueza e emprego, resultam pressões sobre a periferia da cidade e um processo de expansão urbana desconexo, excessivamente consumidor de espaço, infra-estruturas e investimentos municipais traduzindo uma qualidade ambiental e urbana deficiente.

O Plano Director Municipal distingue os aspectos relativos ao Centro Histórico, às áreas consolidadas e às áreas de expansão, privilegiando a elaboração de Planos de Pormenor e a adopção de critérios de gestão urbana e territorial

compatíveis com os objectivos centrais de desenvolvimento consolidado da cidade a médio e longo prazo.

Daqui entende-se o seguinte:

- que a salvaguarda e valorização do património edificado deve permitir a vivência habitacional dos actuais e futuros residentes e a manutenção do emprego e de actividades económicas;
- que a salvaguarda e valorização do património edificado e a requalificação dos espaços urbanos não são incompatíveis com a intervenção arquitectónica contemporânea desde que culturalmente ajustada.

Em termos de urbanismo, no que respeita à cidade em geral:

- recuperação e requalificação de edifícios e espaços de interesse para a preservação da identidade da cidade;
- impôr um equilíbrio entre a realidade multifacetada da cidade, quer no seu aspecto cénico, quer paisagístico e a necessidade de novas construções.

E em relação ao Centro Histórico:

- execução de Planos de Pormenor e de requalificação urbana e social.

4.1.3

MONTEMOR - O - NOVO

ESTRUTURA URBANA

A Cidade de Montemor-o-Novo que se localiza na região do Alentejo é a sede do agrupamento de concelhos da sub-região que é constituída pelos municípios de Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Mora e Arraiolos.

A área urbana da Cidade de Montemor-o-Novo, sede do concelho com uma área total de 123.209,8 ha, reparte-se pelas freguesias de Nossa Senhora do Bispo e de Nossa Senhora da Vila e tem uma posição excêntrica em relação ao território municipal.

A relação deste centro urbano com as restantes sedes de freguesia e outras povoações é-lhe conferida por um sistema viário radial:

- a EN 4, estrada internacional, que do Montijo se dirige à fronteira;
- a EN 2 que no troço a Norte da Cidade estabelece a relação com Mora, Cíborro e S. Geraldo; e no troço a Sul da Cidade relaciona-a com Santiago do Escoural, Casa Branca, dirigindo-se para Sul;
- a EN 114 que relaciona Montemor-o-Novo com Évora; e no troço a Norte com Foros de Vale Figueira, Lavre e Coruche;
- a EN 253 que se dirige para Sul em direcção à Torre da Gadanha, S. Cristovão e Alcácer do Sal;

- presentemente, a Auto-Estrada A6 (Lisboa – Caia) cujo término se situa até breve prazo junto a Montemor-o-Novo.

Montemor-o-Novo constitui o “términus” do ramal de caminho de ferro da linha do Sul, que parte da Torre da Gadanha.

A Cidade de Montemor-o-Novo localiza-se num importante “corredor” de ligação com o interior da região do Alentejo.

Evidencia uma boa localização no que respeita aos eixos de camionagem de passageiros, pois constitui um centro onde se cruzam os eixos de Lisboa – Elvas e Évora - Santarém. Daqui lhe advém ligações viárias importantes com muitos concelhos, particularmente na direcção de Lisboa.

TECIDO URBANO

O carácter defensivo da fortaleza medieval que influi na génese do aglomerado assume, na actualidade, uma referência histórica e estética que deverá ser salvaguardada.

O castelo e as muralhas constituem, assim, o primeiro elemento estruturante do aglomerado urbano intra-muros. O castelo manteve no período histórico a função de centro de decisão político-religioso, alternando-se-lhe, no entanto, as características estruturantes que anteriormente detinha.

Com o decorrer dos anos, o crescimento do arrabalde autonomiza-se e sobrepõe-se em importância ao velho burgo intra-muros. A construção de edifícios de carácter religioso (conventos), distribuídos pelo espaço envolvente e já distanciados do castelo, definem um novo perímetro urbano.

A via de passagem tem vindo a condicionar a morfologia e o crescimento do aglomerado urbano. Quando a Rua Direita deixou de cumprir a função de via de passagem regional, esta função é então assumida pela Rua Nova, actual Rua 5 de Outubro, até à segunda metade do século XX.

Se até então, a topografia constituía uma condicionante morfológica do tecido urbano - quarteirões de pequenas dimensões com pequenos logradouros, ruelas estreitas de grande declive - a partir daquela data a aglomeração desenvolveu-se numa outra situação topográfica proporcionando o desenvolvimento de quarteirões de maior dimensão e uma maior dispersão das construções. O troço da EN 4, ao penetrar na malha urbana (Av. Gago Coutinho) é a via de passagem contemporânea. Esta via, à semelhança das anteriores, atraiu as construções e dinamizou o crescimento a Norte e a Oeste do aglomerado.

O Rossio, espaço histórico requisitado pelas feiras e corridas de touros, é actualmente limitado pelas estradas, Nacional 4 e 114. As características históricas do espaço urbano que eram por ele funcionalmente assumidas persistiam ao longo do tempo – espaço livre às “portas” da Cidade, marcado por actividades desportivas e por equipamentos que necessitam de grandes áreas para se instalarem.

A altimetria dominante no centro urbano de Montemor-o-Novo são os edifícios de dois pisos, seguindo-se-lhes os de um piso. Estes últimos ocorrem principalmente no Largo Calouste Gulbenkian, nas Ruas de Aviz, Ruinha, Goa, Professor Egas Moniz e de Moçambique.

Os edifícios de quatro pisos implantam-se ao longo das Ruas Sancho I, Aviz e 25 de Abril. Estas artérias ou assumem uma posição periférica à aglomeração, ou desenvolvem-se a Norte da EN 4 caracterizando áreas de expansão urbana recentes.

PLANEAMENTO

No que respeita às acções de planeamento urbano, convém salientar as seguintes e, mais eficazes:

- Ante – Plano de Urbanização de Montemor-o-Novo (1963)

A expansão e desenvolvimento da Cidade de Montemor-o-Novo, levou à execução em 1963, de um Ante - Plano de Urbanização, de que foi encarregado o Arquitecto António Rodrigues.

A par da caracterização e medidas de defesa do aglomerado, da definição da estrutura viária e da localização da área industrial, aquele Ante – Plano propunha 5 grandes zonas de expansão urbana:

- Zona I -Centro Cívico (Câmara Municipal, Grémio da Lavoura, Zona Verde), no prolongamento do centro existente e, ainda, uma área de reserva habitacional, uma área destinada à escola técnica e uma área para expansão da zona desportiva.
- Zona II -Área Habitacional – habitações com 1 piso, geminadas duas a duas e em banda, edifícios com 2 pisos com 1 ou 2 fogos sobrepostos.
- Zona II_A -Parte desta zona é destinada a uma reserva habitacional, sendo a outra parte destinada a moradias isoladas, edifícios com 3 e 2 pisos.
- Zona III -Área Habitacional – habitações com 1 a 2 pisos geminadas duas a duas e em banda e, ainda, moradias isoladas.
- Zona IV -Área Habitacional – edifícios com 2 e 3 pisos, habitações com 2 pisos geminadas duas a duas e em banda e moradias isoladas.

- P.G.U. 1980 e Planos de Pormenor 1981

O P.G.U. de 1980 foi parcialmente implementado. Nesse processo, enquadram-se o Plano de Pormenor realizado para a U.P.P. 15 (zona prioritária de expansão da Cidade), que influi na aquisição de terrenos localizados nesta área pela Câmara; o Estudo Prévio do Plano de Pormenor da Zona Industrial, que visava adaptar o anterior estudo às circunstâncias da altura.

- O P.G.U. actualmente em revisão, iniciou-se em 1979.

As fases de Ante – Plano e de Plano foram aprovadas pela Assembleia Municipal da Câmara Municipal.

Este Plano tem sido a figura de planeamento que tem apoiado a gestão urbanística municipal. Dado o prolongado período de tempo que decorreu entre a aprovação por parte dos órgãos autárquicos e a expectativa de aprovação por parte das entidades da administração central, que nunca se concretizou, desencadearam-se durante este período alterações programáticas que conduziram à actual revisão em curso.

- O P.D.M.

Independentemente deste instrumento, de carácter mais generalizado, mantém-se o P.G.U. como figura de planeamento, mais eficaz, aplicável.

4.2

ANÁLISE CONJUNTA

4.2.1

INTRODUÇÃO

As teorias que regem a urbanização postas em prática no nosso país, desde o princípio do século foram geralmente realizadas dentro do âmbito da expansão ou alastramento urbano e debruçam-se portanto, principalmente, sobre o problema da criação de novos padrões de vida naquilo que fora, anteriormente, um meio rural. A maior parte destas teorias baseava-se no conceito da cidade-jardim, o que requeria certas condições que podiam, de facto, ser obtidas, e foi possível, em certa medida, ajustar a teoria à prática, levando os habitantes urbanos para um ambiente semi-rural. Este processo abrangeu a maior parte da urbanização residencial deste século, incluindo as novas planificações urbanas do pós-guerra, não obstante neste último caso desempenharem papel importante os problemas da revolução dos transportes.

Existe, portanto, uma diferença fundamental na perspectiva teórica, dado que, por uma lado, se verifica um processo linear de criação e, por outro, se desenvolve um processo mais complexo na medida em que se pressupõe a existência de factores perturbadores. Por exemplo, as auto-estradas à escala nacional e outras infra-estruturas de serviços, como sejam as redes de energia eléctrica, também à escala nacional ou possivelmente continental, são factores determinantes, quer já existam, quer se encontrem ainda em projecto.

Quando se considerou o desenvolvimento urbano, dentro de um quadro legal (corpo de legislação), este foi sobretudo aplicado à urbanização habitacional isolada ou em locais não construídos anteriormente; mas no contexto actual a teoria urbana não pode isolar o conteúdo residencial, nem pressupôr, pelo menos de momento, locais não construídos.

4.2.2

ELEMENTOS ESTRUTURANTES E INDUTORES DE CRESCIMENTO URBANO

No que respeita ao tecido urbano dos aglomerados “Amostra” convém salientar como principais elementos de suporte da expansão urbana e de transformação do território:

- a rede viária regional, bem como, a sua ligação à rede viária nacional;
- a linha de caminho de ferro e a localização das estações de aglomerados “envolventes”, directa ou indirectamente relacionados;
- a(s) linha(s) de água, sobretudo nos casos de Viana do Castelo e de Santarém.

As características naturais da área, associadas à boa acessibilidade criada pela rede de estradas e pelo caminho de ferro, criaram boas condições à implantação, desde o princípio do século, de habitação de populações ligadas ao sector terciário ou à indústria local, sobretudo de estratos de burguesia que aqui chegam a construir moradias de veraneio e mais recentemente, de “regressos em curso” de populações emigrantes, que marcam a sua posição no território de onde são originários.

Se o caminho de ferro teve um papel fundamental na indução da expansão urbana a partir das estações, não só a nível local como nacional e mesmo internacional, dinamizando o crescimento “concêntrico” dos núcleos, as estradas de ligação organizaram uma expansão urbana linear.

Com uma importância mais recente, as estradas, nomeadamente as nacionais, induzem o aparecimento de unidades industriais e de novos “núcleos habitacionais” a elas ligados e algo desligados do contínuo urbano, fortemente dependentes de centros polarizados, apoiados ainda, no transporte automóvel, que tem grande expansão nos extractos médios da população (anos 60 e 70).

Pode dizer-se, em síntese, que um dos aspectos importantes da formação do tecido urbano é o de se estruturar com base em infra-estruturas regionais pré-existentes as quais foram progressivamente absorvidas e adaptadas às necessidades da expansão urbana e suburbana.

4.2.3

BARREIRAS E ELEMENTOS CONDICIONADORES DA EXPANSÃO URBANA

Curiosamente os elementos principais de condicionamento ao desenvolvimento do tecido urbano coincidem com os elementos estruturantes.

Ou seja:

- linha de caminho de ferro;
- rio(s);
- oceano.

Por um lado dinamizadores, por outro condicionantes físicos da acessibilidade e interrelação do tecido urbano.

As linhas de caminho de ferro obrigam à construção de viadutos superiores e de passagens inferiores para peões e/ou veículos.

Quanto às linhas de água, obrigam à apropriação da(s) outra(s) margem(s), em íntima relação com o aglomerado originário e polarizador da vida urbana e económica.

4.2.4

ELEMENTOS MORFOLÓGICOS E TIPOLOGICOS

Para caracterização morfológica do tecido urbano actual identificam-se as seguintes situações:

- **tecido antigo** - resulta de uma formação “orgânica” estruturada pelas estradas e caminhos e condicionada pela estrutura da propriedade rústica - tipologias de edificação muito diversificadas e misturadas -em que Viana do Castelo surge como exemplo projectado desde a sua origem;
- **moradias** - tecido constituído por pequenas construções de habitação isolada ou em banda, em lotes com espaço exterior privativo. É uma forma de ocupação que se encontra dispersa no tecido urbano, por vezes em pequenos conjuntos, e que vem sofrendo transformações em algumas zonas com a substituição das construções iniciais e consequente densificação do tecido -nomeadamente em Santarém e Montemor-O-Novo;

- **tecido de quarteirões** - constituído por edifícios de 3 a 4 pisos em que a malha de ruas é o elemento ordenador da ocupação. O quarteirão “disciplina” os alinhamentos e, por vezes, as cérceas. A rua tem uma grande importância formal e funcional e é o elemento regulador e gerador do tecido. A malha de quarteirões característica dos anos 50-60, tanto surge nas expansões legais como nos clandestinos -Santarém, nomeadamente;
- **malhas abertas** - tecido constituído por edifícios multifamiliares, ou conjuntos edificados isolados, em que a rua perde importância formal e estruturante, originador , por vezes, de uma deficiente articulação interna. O espaço não edificado constitui, na quase totalidade, espaço público, muitas das vezes sem uma clara definição funcional ou formal. Esta forma de ocupação, característica dos anos 70 e 80, corresponde às densidades mais elevadas -casos presentes em Viana do Castelo e Santarém;
- **malhas orgânicas precárias** - constituídas por construções precárias (barracas e de alvenaria) em terrenos ocupados sem prévio parcelamento do solo localizam-se, na sua maioria em terrenos públicos e dispersam-se na área do aglomerado, acompanhando, por vezes, as antigas estradas - situações pontuais existentes;
- **edifícios ou conjuntos isolados com usos específicos não habitacionais** - construções dispersas resultantes do licenciamento de edifícios isolados em parcelas rústicas ou equipamentos colectivos não integrados no tecido urbano. Por “adição” de parcelas acabam por constituir, em alguns casos, malhas abertas não planeadas com usos e tipologias de edifícios muito diversos –caso de indústrias, estruturas militares e estruturas comerciais de grande porte, vulgo hipermercados -em todos os Casos de Estudo/Amostra.

Em síntese podem identificar-se três formas complementares na formação do tecido urbano dos aglomerados:

- expansão progressiva de núcleos habitacionais pré-existentes em especial os ligados às estações de caminho de ferro;
- implantação dispersa de novos núcleos habitacionais, industriais e de serviços;
- preenchimento de terrenos rústicos intersticiais com novas urbanizações.

O resultado é um tecido heterogêneo resultante de intervenções projectadas e/ou espontâneas, correspondendo não só a conceitos diferentes de cidade mas também a formas de produção muito diferenciadas.

Se por um lado a elaboração dos planos de urbanização traduziu o reconhecimento da necessidade de ordenamento de áreas que, de uma forma ou de outra, já estavam afectas a usos urbanos, por outro, criaram-se expectativas de urbanização para a totalidade do território concelhio não se acautelando em alguns casos, nem o faseamento da abertura de novas frentes urbanas, nem o eficaz financiamento da sua realização.

Estes planos, ao serem realizados por diferentes equipas, nem sempre entenderam os mesmos conceitos urbanísticos de forma idêntica, o que se traduziu na prática por situações extremamente díspares quanto a edificabilidades e responsabilidades dos promotores, consoante as áreas do território que aqueles instrumentos abrangiam.

Outros projectos de loteamento têm sido apresentados por particulares para apreciação pelas autarquias, sempre marcados pela tendência para o aumento das densidades, ocupação de terrenos com má ou deficiente aptidão urbana, redução das

áreas de equipamentos colectivos, e quase completa ausência de integração urbanística nas zonas envolventes.

Do mesmo modo, as áreas de cedência dos proprietários para a localização de equipamentos colectivos, ou apresentam critérios diferenciados, ou não são sequer definidos, daqui resultando uma diferença acentuada no tratamento das iniciativas de urbanização dos particulares.

O papel desempenhado por estes instrumentos, pesem embora os aspectos menos positivos aqui apontados, foi fundamental para a gestão urbanística de toda a área concelhia, num período de grandes transformações na ocupação e no uso do solo. Apesar de a grande maioria destes planos ter apenas a aprovação dos órgãos autárquicos, e por conseguinte não serem plenamente eficazes face à legislação urbanística em vigor, constituíram uma referência de planeamento estruturante das decisões técnicas e políticas, situação reconhecida pelas entidades da Administração Central ao balizarem os seus pareceres por esses planos.

4.2.5

ELEMENTOS DE CONTACTO

Entre os *zonamentos* e as *morfologias* – que, no seu conjunto, têm uma “visão” sectorial e parcelizada do espaço social, privilegiando a análise das “funções urbanas” ou o estudo da “forma urbana”, consoante os casos - ou, complementarmente, entre as *expansões urbanas* e os *processos de urbanização* - que, na generalidade, propõem uma “leitura” global de todo o território, acentuando contudo, no primeiro caso, uma “visão contínua” daquelas expansões urbanas e, no segundo, uma “visão articulada”

de condições, modalidades e factores de urbanização, poderão identificar-se algumas situações (quase) coincidentes, para além das anteriormente descritas, tais como:

- materialização de novas áreas urbanas por blocos plurifamiliares e moradias unifamiliares;
- as novas construções vão preenchendo, em geral, a malha urbana pré-existente, mas alguns projectos de urbanização (loteamentos) de iniciativa particular abrem frentes de crescimento urbano;
- são previstas e conjugadas zonas residenciais, de equipamento, verdes e de lazer, denotando-se ainda a preocupação de consolidar e criar novas zonas industriais. O número de pisos admitidos varia entre 2 (moradia) e 4 (prédios de rendimento) e em algumas áreas edifícios de altimetrias mais elevadas (Viana do Castelo e Santarém);
- a década de 70 vai caracterizar-se pela **densificação e expansão** dentro e fora dos limites dos aglomerados. Esta densificação, sobretudo nas áreas centrais verifica-se pela aprovação de estudos de renovação urbana, muitas vezes apoiada no desenho urbano de planos, alterando a volumetria pré-existente. A generalidade dos aglomerados degradados inicia igualmente um período de expansão;
- a década de 80 traz-nos a continuação de expansão e densificação urbana;
- relação extensão/edificabilidade poderá não existir, visto que se manifestam características de grande descontinuidade e ausência de coesão dentro do tecido urbano;
- estrutura urbana de morfologia desenhada pela travessia de estradas ou a imediata adequância de importantes vias, revela tendência para o crescimento ao longo destas;

- proximidade de centros polarizadores, provoca o crescimento de solicitações de residência em mercados caracterizados, por vezes, com recurso a processos marginais;
- unidades residenciais a exigir redimensionamento, redesenho, de forma a permitir encetar processos que conduzam à obtenção de tecidos urbanos;
- decorrendo de ocupações registadas desencadeiam-se expectativas de construção de edifícios;
- a estrutura urbana revela preocupante tendência de desregulação;
- alguma disseminação urbana “ao sabor” da estrutura da propriedade (cadastro).

Como se poderá constatar, todas as situações evidenciadas se reproduzem, maioritariamente, nos aglomerados urbanos a nível nacional, independentemente da sua situação geográfica.

4.2.6

(ALGUMAS) LINHAS DE ACTUAÇÃO

Neste sentido, as constatações atrás mencionadas poderão/deverão ser equacionadas e transportadas para a realidade, Viana do Castelo, Santarém e Montemor-o-Novo como amostra, no sentido de criação de (algumas) linhas de actuação, ou seja:

- reabilitar e refuncionalizar o "Centro Antigo", invertendo o processo natural de desfuncionalização e degradação parcial de partes de tecido urbano, introduzindo factores de sustentação de renovações através da

- requalificação das unidades comerciais, função residencial, serviços e elementos patrimoniais;
- eliminar ou reduzir o peso das situações de descontinuidade ou rotura do tecido urbano, nomeadamente nas áreas de expansão conectadas com o Centro Antigo procedendo à sua infra-estruturação global, qualificando todo o espaço urbano em geral;
 - requalificar as ligações da cidade com as áreas envolventes nomeadamente as que introduzem a valorização da inserção da mesma no território;
 - instituir processos de planeamento e desenho urbanos caracterizadores de uma qualificação de vida urbana, eliminando ou tornando aceitáveis os factores de debilidade, passando mesmo pela adopção de medidas cautelares e escalonadas no tempo;
 - sustentar a reabilitação urbana dos espaços públicos motivando acções de preenchimento das parcelas devolutas ou portadoras de edificações em estado de ruína, introduzindo factores de valorização de qualidade de vida urbana;
 - proceder à tarefa de emparcelamento face às características cadastrais impeditivas de rentabilização dos recursos disponíveis e provocando cenários preocupantes em termos de edificabilidade;
 - conciliar o desenvolvimento com a necessidade de preservação;
 - interligar o quadro de necessidades que deriva da actuação em tecidos urbanos antigos com o(s) tecido(s) envolventes, e vice-versa;
 - criticar o trabalho de inserção histórica dos operadores no território, nas sucessivas realidades presentes permitirá, além de esclarecê-las, objectivar

a leitura crítica dos projectos, no sentido do acerto e (re)invenção das formas que respondam a essas exigências;

- proceder a uma "educação social" quanto à qualidade arquitectónica, passando esta pela prática de administração urbanística, em algumas situações quase inexistente.

Dado que em todos os aglomerados considerados se prevê a densificação do tecido urbano existente, considera-se prioritária a elaboração/implementação de estudos que visem a normalização e a regulamentação pormenorizada das acções a empreender parcelarmente nas Áreas Urbanas e Urbanizáveis.

III Parte

5.

A FORMA URBANA

A leitura do tecido urbano existente permite-nos perceber a lógica configurativa da cidade, factor de extrema importância afim de prever estratégias de localização e processos de (re)formalização de novas áreas de expansão ou de renovação do tecido existente, estratégias essas que orientarão as acções de planeamento no conjunto dos processos urbanísticos.

No processo global de ocupação e apropriação edificada do território, a cidade estabelece, inicialmente, a situação de dicotomia espaço urbano/espaço rural e, naturalmente, a dinâmica de estabelecimento do tecido edificado daquela área define, historicamente, diferentes fases.

Uma das características do processo de formação do tecido urbano é a da reutilização de áreas próximas da zona central através da substituição dos tipos edificados pré-existentes e dirigido pela pouca dinâmica presente nessas transformações.

A promoção imobiliária decorrente implica o surgimento de tipologias colectivas em parcelas posicionadas ainda no interior da estrutura urbana, com recurso a programas cada vez mais amplos dos quais resulta grande pressão de edificabilidade e o surgimento de blocos habitacionais de volumetrias até então inexistentes no tecido urbano.

Os planos, nomeadamente os PGU's, orientaram a promoção de uma série de programas, negociados com as entidades privadas que, na ausência de práticas de administração urbanística, introduziram vectores de distorção e discontinuidades no tecido que vieram a desvirtuar a expressão global subjacente a esses planos.

O facto dos planos, por vezes não definirem as formas de actuação para as Áreas Centrais da Cidade, permitiram a permanência das formas tradicionais de intervenção nessa zona, ou seja, o carácter isolado e casuístico das diversas operações de transformação.

A “cidade moderna” constituída através da aplicação das propostas “modernas” à realidade efectiva é aquela em que, actualmente vivemos e ela é, globalmente, pior que a precedente. As tradicionais regras burocráticas e de planeamento-alinhamento de edifícios, cérceas dominantes, composições quase simétricas, relação altura/largura, etc., foram abandonadas sem terem sido devidamente substituídas.

Surge a necessidade de se proceder a uma abordagem mais directa de carácter substantivo, identificando os constrangimentos decorrentes dos quadros em que se processou a formação do tecido urbano de forma a que seja estabelecido um modelo de intervenção sectorial que tenha por objectivo a melhoria da qualidade do meio urbano.

- De natureza global:
 - inexistência de processos instituídos de planeamento urbanístico que ao longo do tempo tivessem enquadrado as expansões;
 - identificação de áreas, previamente, homogéneas definidas como "Centro Histórico";
 - descaracterização arquitectónica e funcional da parte mais antiga do tecido urbano em resultado dos sucessivos processos de substituição de imóveis;
 - áreas de expansão diversificadas nas periferias não suportadas pela implantação de redes articuladas de sistemas públicos - desenho urbano, espaços verdes, acessibilidades, etc.

- De natureza particular:
 - roturas ou descontinuidades nos conjuntos edificados traduzidas em parcelas ou áreas devolutas, não urbanizadas ou funcionalmente activas, posicionadas entre a área do "Centro consolidado" e as zonas de expansão mais recentes;
 - coexistência (pontual?) espacial de tipos distintos de edificações nomeadamente no que respeita a volumetrias;
 - "abandono" ou desfuncionalização de parte dessa mesma área de "Centro consolidado" traduzida na degradação ou deficiente grau de conservação das edificações mais antigas não sendo detectada a componente de "recuperação" e/ou "revitalização" como atitude operativa;
 - deficiente infra-estruturação ou qualificação urbana das novas áreas de expansão e dificuldades na articulação desses novos conjuntos edificados com as estruturas vizinhas pré-existentes;
 - desactivação de áreas significativas nos tecidos consolidados em virtude da realocização dos equipamentos anteriormente existentes, permanecendo as mesmas como espaços expectantes - parcelas de Escolas Primárias, Bombeiros, etc., e introduzindo novos vectores de descontinuidade;
 - deficiente organização construtiva e qualidade arquitectónica da generalidade das novas promoções edificadas como reflexo da ausência de critérios de exigência e tradição local de planeamento urbano;
 - as novas áreas de expansão de alta densidade vêm a provocar pressões funcionais que exigirão fortes investimentos na qualificação dos espaços públicos e sua infra-estruturação, sem o que se estabelecerão novas situações de rotura urbana.

Globalmente, o quadro de perspectivas de evolução da qualidade do meio urbano é cada vez mais definido por critérios de maior consciencialização e exigência quer por parte da administração autárquica quer pelos agentes locais organizados ou individualmente, o que prefigura se devidamente acompanhadas de condições de aceitação, promoção e mobilização em sentidos favoráveis.

No entanto e, presentemente, atendendo à coerência inerente à própria cidade, o todo que a constitui é superior à soma das partes, ou pelo contrário, há muito que deixou de haver o todo.

O tempo urbano difere do tempo vivencial humano, fazendo coexistir diferentes épocas, estilos, tradições, vidas.

A nossa "função" será de saber interpretá-la para a poder transformar. Para o urbanista, essa função é redobrada bem como repartida, entre a realidade e o plano, onde a passagem da primeira para o segundo a análise local, morfológica e tipológica da cidade, da sua história, recorrendo também à prática do desenho é um instrumento privilegiado para definir e avaliar as intervenções urbanas, visto que:

- estabelece informação espacializada de modo que qualquer área de intervenção se pode considerar em si mesma e na sua relação com o conjunto da cidade;
- emite sobre a área conhecimentos cuja linguagem é a da própria intervenção espacial, ou seja, a linguagem formal da dinâmica urbana (localização/morfologia);
- o conhecimento das morfologias é, na sua expressão generalizada, a base das normas urbanísticas que orientarão os projectos a realizar;
- dispensa a definição espacial do plano como modo de comunicação de intenções espaciais do plano aos projectistas, com os inconvenientes

conhecidos da excessiva vinculação dos projectistas a uma dada formalização ou, na sua ausência, de indefinição formal, a qual resulta em espaço urbano desarticulado.

5.1

A AFECTAÇÃO PERIFERIA-SUBÚRBIO/ "CENTRO HISTÓRICO"

Esta paisagem é dinâmica.

A paisagem move-se por dentro e por fora, encaminha-se do dia para a noite, vai de estação para estação, respira e é vulnerável. Ameaça-a a própria extinção .

Pela ameaça e vulnerabilidade é ela viva. E é também uma coisa do imaginário, porque uma paisagem brota do seu mesmo mito de paisagem.⁽¹⁾

Como definição⁽²⁾ poder-se-á indicar:

- periferia -contorno exterior de uma cidade;
- subúrbio -aglomerado próximo a uma cidade ou vila.

Mumford⁽³⁾ crê que o subúrbio teve a sua origem no séc.XIII, provocado pelas fugas periódicas à peste nas cidades europeias.

Por seu lado a sua principal atracção consistia em ficar perto da cidade, sendo uma alternativa a esta, com melhores condições de salubridade e higiene e de espaço livre, de "ar puro".

¹ HÉLDER, Herberto - *PHOTOMATON & VOX*, 2º Edição, Lisboa, Assírio e Alvim, 1987 /1979), p.140

² COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio - *DICCIONÁRIO DA LINGUA PORTUGUESA*, 5ª Edição, Porto, Dicionários Editora - Porto Editora LDA., s.d.

³ sobre a evolução da cidade e suas diferentes fases, consultar, MUMFORD, Lewis - *A CIDADE NA HISTÓRIA, SUAS TRANSFORMAÇÕES E PERSPECTIVAS*, 2ª Edição, São Paulo, Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1982 (1961)

O "laissez faire" que, na Idade Média, tinha originado cidades espontâneas mas orgânicas, em virtude quer do seu crescimento lento quer do predomínio do instinto vital que lhe deu forma, provocou em contrapartida no séc. XIX, uma substituição da natureza pela poluição. Mas não foram só estes aspectos negativos que começaram a caracterizar a transformação da cidade no séc. XIX. Ao lado da cidade industrial, levantou-se a cidade da burguesia liberal, desejava de pôr em evidência o poder e os conhecimentos esclarecidos de uma classe dominante:

- palacetes;
- grandes avenidas;
- zonas residenciais (de elevado custo);

são o exemplo do ecletismo artístico do séc. XIX -construções públicas e privadas neo-clássicas, neo-góticas e neo-barrocas, conjuntos originários de "desenhos" reactivados presentemente, ecléticos, revivalistas.

Com a Revolução Industrial, as facilidades viárias como a construção do caminho de ferro, só serviram para aumentar a base económica de um movimento que tivera início entre as classes superiores, muito antes da sua invenção.

No entanto, a verdadeira separação entre cidade e subúrbio, só se vem a constatar no século XX, com o desenvolvimento pós Revolução Industrial, como resultado das suas conveniências da produção em massa.

Gera-se uma nova comunidade, dependente do centro, segundo Mumford⁽⁴⁾ *uma caricatura da cidade histórica como arquétipo do refúgio suburbano: uma multidão de casas uniformes, inidentificáveis, alinhadas de maneira inflexível, a distâncias uniformes, em estradas uniformes, num deserto comunal desprovido de*

⁴ MUMFORD, Lewis -op. cit. p.525

árvores, habitado por pessoas da mesma classe, mesma renda, mesmo grupo de idade, assistindo aos mesmos programas de televisão, comendo os mesmos alimentos pré-fabricados e sem gosto, guardados nos mesmos frigoríficos, conformando-se, no aspecto externo como interno, a um modelo comum, manufacturado na metrópole central.

Julgamos que a realidade Portuguesa é caracterizada de uma forma algo diversa, actuando para tal diversos factores. Por um lado, enquanto que uma cultura predominantemente anglo-saxónica "incute" padrões espaciais distintos, bem como as cidades francesas demonstram regras de construção com rigor e rigidez, a "natural desorganização" que nos é inerente, imprime nos subúrbios uma organicidade inexistente no padrão estado-unitense. Por outro o fraco impacto da Revolução Industrial no nosso país, atenuou o rápido crescimento dos subúrbios, dando-lhes maior variedade.

No entanto, e apesar destas particularidades da realidade portuguesa, é possível ter uma clara descaracterização dos espaços originados (não planeados) e na sua repetição como "modelo estético".

Podemos ainda cruzar a situação criada com as condições de existência das próprias populações -baixos níveis económicos e culturais, limitações profissionais- e ainda com as características estruturais da sociedade portuguesa -forte centralização política e administrativa, fronteiras acentuadas, grau de burocratização elevado, fraca mobilidade social que poderão originar não a "urbanização do rural", situação mais evidente com os clandestinos e as áreas de segunda habitação mas antes a "ruralização do urbano" como habitat mais recente.

Em termos urbanísticos, assistimos ainda à impressão das periferias sobre os centros históricos, originada pelas necessidades viárias por estas criadas, cuja

construção de vias de acesso leva à destruição e à descaracterização das estruturas existentes no centro tradicional.

Embora potencialmente proporcionassem os elementos de uma nova espécie de cidade, com centros múltiplos, operada em escala regional, o seu efeito até agora, tem sido corroer e minar os antigos centros, sem formar um modelo suficientemente coerente para levar adiante suas funções culturais essenciais em algo que se pareça com o nível antigo. Provavelmente dentro de uma geração, quando perderem o impulso que deriva agora da cidade histórica, a deterioração resultante será grave.

Desses efeitos poder-se-ão distinguir dois tipos de estruturação e de diferenciação do território em observação:

- o primeiro centrífugo, cuja materialização se estabelece entre o "centro histórico" e os anéis envolventes dependentes do primeiro;
- o segundo, oposto ao anterior mas complementar, que estabeleça autonomias urbanas e suburbanas entre o centro e as periferias.

Presentemente a missão do urbanista consistirá mais em articular periferia(s) da urbe o mais acertadamente possível, através nomeadamente da orientação dos eixos de tráfego fundamentais e da localização, correcta, das diversas funções/utilizações a instalar.

Conforme indicado em capítulos anteriores assiste-se a uma densificação massiva em termos urbanísticos pelo que o subúrbio tende a deixar de existir para dar lugar à *conurbação*.⁽⁵⁾

⁵ designação utilizada por Lewis Mumford ao fenómeno de densificação construtiva, no entanto, já Patrick Geddes, no princípio do século, mostrou o significado dos nove mapas demográficos, que revelavam graficamente uma densificação generalizada e crescimento urbano: mostrou que províncias se urbanizavam e propôs diferenciar aquelas formações assim difusas por um nome que as distinguiu da cidade histórica: a "conurbação" -Idem, p.583

5.2

AMBIENTE(S) / DINÂMICA(S) URBANA(S)

No seguimento da apropriação desmesurada do território, as periferias cresceram sem vida, nem pública nem cultural, isolando os seus habitantes em monótonas zonas residenciais ou criando enclaves funcionais sem ligação entre si e obrigando a penosos movimentos pendulares casa-trabalho e, portanto, faliram como modelo de vida urbana. Em contrapartida, é na concentração e na variedade de construções, de contactos, de infra-estruturas e de serviços, na multiplicidade de oportunidades de trabalho e de formas de participação pública que a cidade-centro oferece que sempre residiu a dinâmica urbana.

As grandes cidades portuguesas caracterizam-se por centros de grande valor histórico e monumental, descaracterizadas por uma acentuada degradação física das construções existentes e por demolições de edifícios antigos e sua substituição por edifícios dissonantes e medíocres.

Paralelamente, as periferias cresceram e crescem desordenadamente como zonas-dormitório de baixa qualidade, sem enquadramento paisagístico e urbanístico, sem suficientes equipamentos e vida própria, provocando pressões insustentáveis sobre a rede viária e o estacionamento no centro envelhecido das cidades.

De facto, em Portugal assistiu-se a uma rápida migração dos campos para as cidades, embora o grau de urbanização da população não tenha atingido ainda níveis semelhantes aos de outros países europeus.

No entanto, a aguda divisão entre cidade e campo já não existe.

Do modo como olhamos para as (antigas) periferias, não se conseguem perceber formas definidas, excepto aquelas configuradas pela própria natureza, contemplando-se antes uma contínua massa sem forma, aqui volumosa ou pontuada por edifícios, ali rompida por um espaço verde. A deformidade do todo é reflectida na parte individual e, quanto mais próximo do centro, menos, em regra, se conseguem distinguir as partes menores.

A cidade continua a crescer inorganicamente, por um contínuo romper de velhos tecidos e um exagerado crescimento de tecido novo e sem forma, densificando áreas, outrora abertas, que asseguravam a sua identidade e integridade.

Algumas vezes, o sistema viário em expansão forma um padrão ordenado; produz, outras vezes uma imensa rede que nem sequer serve ao tráfego. A diferença entre um tipo de ordem e outro é simplesmente uma diferença de grau de implantação, confusão, demolição.

À medida que se afasta do centro, o crescimento urbano torna-se cada vez mais desorientado e descontínuo, mais difuso e sem objectivos concretos, excepto onde alguma cidade sobrevivente tenha deixado a marca original de uma vida mais ordenada. Antigas vizinhanças, conservando ainda uma certa medida do padrão de aldeias, passam a autênticos vestígios.

Conforme estabelecido pelas situações existentes, as zonas objecto de intervenção definem-se contiguamente às zonas participantes das dinâmicas dos centros urbanos.

Constata-se, de igual forma, o facto de os processos mais recentes de expansão urbana privilegiarem a ocupação das franjas espaciais dos eixos de acessibilidade interna, motivando o sucessivo “descentramento” desse núcleo principal face à geografia do perímetro determinado por essas expansões.

No caso presente, os aglomerados urbanos tendem a ser encarados como espaços “mediadores” na transição entre as áreas interiores e o litoral (excepção Viana do Castelo) e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (e Évora?) pois estabelecem condições de competitividade superior à consolidação e diversificação das actividades económicas, permitindo, simultaneamente o desenvolvimento de complementaridade com outras áreas, que de alguma forma, já “cooperam” com a área urbana:

- Santarém: Rio Maior, Alcanena, Torres Novas
- Montemor-o-Novo: Évora (centro polarizador de funções de âmbito regional e potenciador do desenvolvimento distrital), Vendas Novas
- Viana do Castelo: Ponte de Lima, Esposende.

Por outro lado a existência de parcelas ocupadas com edificações anteriormente afectas ao uso agrícola e/ou industrial e entretanto desactivadas, a par de constrangimentos nas acessibilidades ao interior das áreas em questão, inviabiliza, naturalmente, sem a produção de acções de planeamento sobre elas, a sua correcta integração e participação na dinâmica urbana.

Esta situação motiva, obviamente, o estado "expectante" de todo o território, atingido por acções de promoção edificada isoladas e inibidoras da futura organização urbana.

A necessidade da nova introdução de urbanidade nestes territórios adjacentes, suportada naturalmente na estruturação em linhas de força "naturais", implicará o reforço da centralidade do núcleo pré-existente, bem como na introdução de factores de equilíbrio nas eventuais expansões.

Nuno Portas⁽¹⁾ aponta mesmo a necessidade de *introduzir na cidade existente uma nova dimensão e sinal de mudança, ou seja, pela criação de lugares simbólicos (...) que puxam a sociedade, que serão os novos monumentos que pontuam, estruturam, ligam as partes da cidade em reabilitação.*

Neste sentido interessará promover e incentivar:

- a intervenção na estrutura física da cidade, nomeadamente ao nível do planeamento e da salvaguarda e valorização do património edificado e natural das cidades;
- a criação de um modelo de qualidade de vida urbana em todo o território - centro e periferias, dando prioridade a acções que motivem uma visão integrada e reflectida sobre o que é essencial;
- a cooperação entre várias instituições com responsabilidades na transformação das cidades, induzindo desse modo acções concertadas com significado para a melhoria da qualidade do ambiente urbano;
- a criatividade das comunidades locais e institucionais apoiando, segundo critérios rigorosos, propostas inovadoras;
- a investigação sobre a qualidade do ambiente urbano, nomeadamente no âmbito do planeamento estruturado, da qualificação do espaço e da minimização de impactes negativos.

¹ PORTAS, Nuno – “A TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES” In *JORNAL ARQUITECTOS*, A.A.P., Dez. 1985

5.3

O CRESCIMENTO URBANO / PLANEAMENTO

As condições fundamentais que devem reger uma perspectiva teórica sobre uma estrutura urbana deverão incluir os problemas dos locais previamente construídos, um planeamento a uma escala muito vasta, no sentido físico da palavra, uma complexidade de serviços urbanos e padrões de circulação, e uma certa urgência na construção.

Os agrupamentos humanos, igualmente fundamentais, aliam-se aos outros factores para produzirem o género de solução eficaz e apropriada. Aqui, o ponto de partida é constituído pelo facto de muitas pessoas desejarem viver na cidade por razões que, sem dúvida, estão ligadas a muitas e diferentes considerações: económicas, sociais ou psicológicas. Partindo deste princípio conclui-se que certas formas de vida urbana são mais atraentes do que outras. O tipo de organização habitacional requerida varia ao longo dos anos, por razões diferentes, mas o princípio é sempre o mesmo – o homem é normalmente um ser gregário e, para a maior parte da Humanidade, os benefícios da existência em grupo são maiores do que os da vida isolada.

Para além de problemas físicos, relacionados com a situação existente, o planeamento, nomeadamente de áreas residenciais, é também determinado por uma massa de ideias teóricas, hábitos de vida tradicionais, factores económicos, preconceitos locais, etc.. Hoje em dia, sob o controlo das autoridades locais, estes problemas são geralmente resolvidos através de decisões sobre a política a seguir, decisões essas que se baseiam em parte nas necessidades locais, em parte na política do governo central, e que são aplicadas a condições específicas com um misto de

imaginação e sentido de oportunidade pelos arquitectos e outros projectistas. As instruções assim elaboradas sobre a política a seguir serão forçosamente muito restritivas e representam uma solução para problemas de diferentes dimensões no espaço e no tempo uma vez que se baseiam frequentemente em premissas obsoletas.

No que se refere às enormes áreas de nova urbanização, não há dúvida que os padrões urbanos anteriormente conhecidos são irrelevantes, dado que são formados quer pelas próprias ruas municipais, quer pelo tipo de desenvolvimento suburbano, ou por um novo planeamento urbano de baixa densidade.

As diferenças produzidas na cidade e reproduzidas no movimento da urbanização tornam o tecido urbano massivamente crítico.

Para K. Lynch⁽¹⁾ a cidade resume-se a uma imagem cuja construção é feita à medida e percorrida, em termos dinâmicos, de modo a ser contemplada e devidamente criticada.

A situação que actualmente temos de enfrentar requer o que se pode definir como a utilização consciente da forma orgânica à escala urbana.

A dimensão temporal foi reduzida de anos para meses através da aceleração tecnológica, e vastas áreas que anteriormente teriam tido um crescimento lento e amorfo, necessitam agora de uma elaboração rápida, de uma estrutura pré-concebida. Não há aqui lugar para a construção monumental individual, e a direcção arquitectónica consciente tem necessariamente de trabalhar numa dimensão mais vasta. A escala do projecto é muito mais ampla do que anteriormente, não devendo o espaço ser organizado parcialmente.⁽²⁾

¹ A este propósito ver LYNCH, Kevin – *A IMAGEM DA CIDADE*, Lisboa, Edições 70, 1982

² Relativamente à abordagem do espaço contínuo ver TÁVORA, Fernando – *DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO*, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1982 (1962)

Atendendo à (enorme) questão temporal envolvida na execução de planos, vai-se acentuando o desvio entre estes (os poucos que vão sendo aprovados) e a realidade das imagens e, assim a forma da cidade e dos espaços urbanos, suburbano e rural vai evoluindo, degradando-se e despersonalizando-se.

Qualquer objecto, uma vez que a dimensão *tempo* é interveniente no processo perceptivo, terá sempre uma multiplicidade de leituras. A presença de diversos autores e intervenientes conjugados que formam a cidade, mesmo submetidos a planos extremamente rígidos de implantação, abrangerão sempre o nascimento de variadíssimas perspectivas, geradoras de “complexidades e contradições”.

No entanto, a inexistência de planos (sejam eles de iniciativa pública ou privada) conduz à destruição quase arbitrária, não só de edifícios ou conjuntos, como das próprias malhas urbanas que caracterizam os diversos períodos, “rompendo” a identificação da população com a cidade.

Inclusivamente, em termos patrimoniais, a questão da salvaguarda dos valores naturais já é susceptível de discussão, a qual se baseia na compatibilidade dos referidos valores com a transformação pressuposta na urbanização e no facto do conteúdo original geralmente se esvaziar nas novas condições. Os valores culturais apoiam-se sobretudo na leitura histórica da paisagem, base da sua reinterpretação, e não se traduzem forçosamente na decisão de conservação de elementos pré-existentes, via mais imediata e fácil e que mascara, algumas vezes, a ausência de capacidade para esclarecer, através da inscrição na história, as intenções e formas de expressão contemporâneas.

Em suma, não se tem em conta nem a especificidade do passado nem a necessidade do futuro, continuando a permanecer o costume historicista de ver o velho no novo, mas perdendo o imperativo radical de ver o novo no velho. Daí o entendimento expresso por V. Jorge em que a preservação dos valores históricos e

tradicionais se estabelece igualmente, *na continuidade do novo na história, evidentemente através de diálogo criterioso com o moderno.*⁽³⁾

Pelo que, quando se tornar imperativo reconstruir, ou quando novas necessidades pedirem edifícios em novos locais, devemos ter a coragem das nossas próprias convicções, e construir sinceramente de acordo com o nosso tempo. Eis a única forma verdadeira de manter as tradições que herdamos.

Quanto às acções de planeamento, poder-se-á afirmar que se nota aqui a falta de consciência geral para:

- os problemas da paisagem, seja ela urbana ou rural;
- a importância da inserção das edificações, o enquadramento;
- a forma;
- os alinhamentos, as proporções, as cércas;
- a cor;
- a expressão na paisagem, nos aglomerados.

Todo o planeamento implica duas fases distintas, mas complementares de trabalho: uma analítica, de conhecimento da situação, outra sintética, de apresentação de propostas, de soluções cuja importância em valor absoluto e relativo é muito variável. Cada região tem uma forma própria, natural ou de criação humana, sendo essa realidade um dos maiores contributos para a sua definição.

³ JORGE, Virgolino Ferreira - *CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO E POLÍTICA CULTURAL PORTUGUESA*, Évora, Anais da Universidade de Évora (3), 1993, p.35

Ao longo do tempo, a história tem-nos elucidado, através das acções de planeamento e, parafraseando Nuno Portas ⁽⁴⁾ *as decisões foram tomadas da parte para o todo, da excepção para a regra e não o contrário.*

5.3.1

APLICABILIDADE DE PLANOS - SITUAÇÃO VIGENTE

Amontoados gigantescos e disformes de bairros - dormitório, são construídos segundo uma lógica que escapa às boas intenções dos planos de urbanização e terreno fértil para projectos de má qualidade, quase sempre feitos por amadores ou mesmo profissionais sem as desejáveis competências.⁽⁵⁾

Usualmente, o que observamos à nossa volta é ruído, poluição, atropelos de tráfego, abomináveis condições de uso dos transportes colectivos, ritmos infernais das deslocações casa - local de trabalho, déficit crescente de habitações, preços de construção e rendas incomportáveis, apodrecimento das zonas residenciais antigas e péssimas condições de habitabilidade dessas zonas, carências de equipamentos colectivos, extensão cada vez maior das cidades-dormitório e a imagem cada vez mais degradada dessas mesmas cidades, enfim um conjunto interminável de malefícios a que se convencionou chamar de "crise urbana".

A interacção entre o antigo e o novo e o atingir dum equilíbrio entre elementos antigos e novos fazem constantemente parte da história das cidades e do crescimento urbano. Todas as fases históricas tiveram os seus próprios problemas no que respeita à

⁴ PORTAS, Nuno - "A TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES" In *JORNAL ARQUITECTOS*, A.A.P., Dez. 1985

⁵ PEREIRA, Nuno Teotónio - "MAIS ARQUITECTURA PRECISA-SE", In *TEMPOS, LUGARES, PESSOAS*, Os Contemporâneos do Público, Lisboa, Jornal Público, 19 Out. 1996, p. 101

integração de novas áreas ou remodelação das existentes, no sistema sócio-cultural do conjunto edificado.

Hoje, porém, o problema torna-se mais grave e difere do passado pela rapidez do crescimento urbano e das mudanças intervenientes nos factores sociais, económicos, culturais e técnicos.

Devemos ter sempre presente que o antigo só é eficazmente preservado e defendido, se reabilitado e com participação activa no moderno desenvolvimento das cidades. Fazer com que o antigo e o moderno, participem conjuntamente na evolução global da cidade, é uma norma que deverá ser rigorosa e correctamente cumprida.

Em Portugal, os Planos Gerais de Urbanização não abordam a problemática dos Centros Históricos e apenas têm estabelecido normas passivas e policiais de intervenção. Têm assim contribuído para a degradação daqueles centros. Por isso, todas as políticas locais sobre urbanismo, deverão tender para a integração do Centro Histórico e do grupo de população urbana do mesmo, numa comunidade correspondente à nossa época. Nos bairros antigos, as concepções urbanísticas e as decisões relativas à utilização do solo, não deverão comprometer a prosperidade e/ou progresso, do bem estar da população, seus padrões de uso e intercâmbio entre estes.

Dos instrumentos de planeamento⁽⁶⁾ aplicáveis, os Planos de Urbanização de iniciativa pública, tendem a acompanhar a dinâmica dos promotores privados mais do que a orientarem e enquadrarem o crescimento urbano.

No processo urbanístico mais recente -anos 80- é possível caracterizar três grandes vertentes de actuação dos agentes privados:

⁶ A este respeito consultar os 3 volumes já editados de PARDAL, Sidónio; CORREIA, Paulo V. D., COSTA LOBO, Manuel - *NORMAS URBANÍSTICAS*, Lisboa, D.G.O.T. - U.T.L., 1990/91/93

- pressões para urbanização dos últimos espaços intersticiais ainda existentes (pequenas áreas dispersas);
- pressões para o alargamento e extensão em mancha das áreas ocupadas;
- pressões continuadas para renovação urbana das áreas centrais.

Dois aspectos ressaltam desta nova forma de gerir o território:

- perde-se a perspectiva de estruturação interna do tecido urbano;
- permite a densificação das áreas habitacionais a níveis incompatíveis com as infraestruturas e equipamentos.

Após a elaboração e aplicabilidade de alguns dos planos de urbanização, passaram mais de dez anos sem que se tenha procedido à sua revisão, isto apesar de, nos respectivos regulamentos se estipularem prazos de cinco anos para tal efeito. Deste modo é com naturalidade que se constata que nos seus objectivos e propostas, tais planos apareçam hoje claramente desajustados, colocando-se inevitavelmente a necessidade da sua substituição por novos instrumentos, conformes ao quadro legal vigente e aos objectivos mais gerais definidos em planos de escala concelhia ou regional.

Por outro lado, os Planos que têm suportado todo o processo de expansão, não contemplaram nem o poderiam fazer atendendo à data da sua elaboração, toda a legislação que cerceia ou condiciona o uso do solo nas áreas de elevada sensibilidade ambiental, nomeadamente os solos abrangidos pela Reserva Ecológica Nacional, (com particular incidência no que respeita à protecção das zonas costeiras, zonas de infiltração máxima, linhas de água e zonas de floresta).

Deste modo parcelas do território consideradas como urbanizáveis à data de elaboração dos Planos, não podem manter este uso face à legislação em vigor, daqui

resultando uma forçosa desdensificação de parte das áreas abrangidas por aqueles instrumentos urbanísticos.

Daí que, é ainda um factor endógeno de compreensão e desagregação fomentada por um poder local que, pela excessiva "localização", tende a não se articular com os objectivos do desenvolvimento devido à ausência de uma política de intercomplementaridade regional -a inexistência de uma política global de ordenamento, ou a coexistência de políticas de ordenamento pontuais e necessariamente desintegradas.

A grande maioria dos Planos de Urbanização de Administração Pública (anos 40-50) adoptaram conceitos e critérios mais desenvolvidos e coerentes, embora idênticos aos utilizados por anteriores traçados, ou seja:

- definição de áreas de expansão articuladas com o tecido pré-existente;
- traçados de arruamentos com definição precisa do espaço público;
- definição de alinhamentos e número de pisos das novas construções.

Com reformulações introduzidas, nomeadamente nos anos 60/70, os planos tendem a denotar novas intenções, em relação aos anteriores:

- propõem o ordenamento global da malha urbana definindo o zonamento para os diversos usos incluindo as expansões;
- ordenam e hierarquizam a rede viária com especial relevo para a rede viária principal e ligações regionais integrando orientações de nível superior;
- relacionam a(s) expansão(ões) urbana(s) com o equipamento colectivo instalado;
- propõem limites de densidade populacional por zonas;

- procuram incentivar e enquadrar a renovação dos tecidos pré-existentes definindo novos traçados para os arruamentos e novas tipologias de construção.

Já em relação às grandes áreas de expansão urbana dos anos 70 e 80, os Planos são normalmente abandonados e substituídos pelos projectos isolados de iniciativa privada que passam a ser apreciados e aprovados com base noutra tipo de critérios.

Com base nestes critérios genéricos e na aprovação casuística dos projectos de loteamento, centralizada na Direcção Geral de Planeamento Urbanístico alteram-se as morfologias, tipologias e densidades dos planos anteriores.

Com os anos 90 é instituída a análise interpretativa do território através da síntese cronológica das diversas etapas do tecido urbano, objecto este integrante dos Planos Directores Municipais.

Estes para além das diferentes classificações do espaço, estabelecem, para os aglomerados urbanos os respectivos perímetros onde:

- é enquadrada a qualificação edificada e espacial das diferentes partes dos mesmos;
- é definida a eventual regeneração edificada e refuncionalização em áreas consolidadas, afim da obtenção de uma melhoria do tecido urbano;
- onde são definidas as tendências actuais de expansão;
- onde se estimulam os processos operativos que no âmbito do planeamento deverão ser estabelecidos (Planos de Urbanização e/ou de Pormenor).

Digamos que se efectua uma tentativa de "arrumação da casa", ou seja; onde se pretende definir a mais correcta evolução de um aglomerado urbano, e o seu respectivo tecido. Por seu lado molda-se ainda este, a situações particulares de

intervenção: sejam elas loteamentos, ou outras de carácter pontual, algumas das vezes previamente acordadas com o poder autárquico e contempladas nos objectos de planeamento, independentemente do seu desvirtuamento.

5.3.2

DA ESPECULAÇÃO À MASSIFICAÇÃO

Uma sociedade não pode existir sem crise de alojamento, sem que a grande massa de trabalhadores não disponha senão do seu salário, isto é da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução, (...) assim que estes são levados às grandes cidades a um ritmo mais rápido que o da construção dos alojamentos nas circunstâncias actuais e que, para os mais ignóbeis se encontra sempre locatários, sempre que o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, não tem somente o direito mas também, numa certa medida, graças à concorrência, o dever de tirar da sua casa, sem escrúpulos, os lucros mais elevados. Numa tal sociedade, a crise de alojamento não é um mal, mas uma instituição necessária, ela não pode ser eliminada, bem como as suas repercussões na saúde, etc., a não ser que a ordem social donde ela resulta for transformada.⁽⁷⁾

O alojamento, para além da sua raridade, é um bem diferenciado, apresentando toda uma gama de características, no que respeita à sua qualidade (equipamento, tipo de construção, conforto, etc.) à sua forma (individual, colectiva, integração, objecto arquitectónico) e ao seu estatuto institucional (sem título, em propriedade, em compropriedade, etc.), que determinam, os papéis, os níveis e as pertenças simbólicas dos seus ocupantes.

⁷ ENGELS, F. - *LA QUESTION DU LOGEMENT*, Paris, Ed. Sociales, 1957, p. 49 - tradução livre

As consequências na produção de alojamento são muito graves: por um lado os preços de compra elevam-se tanto, sem outra justificação que não seja os benefícios especulativos, por outro, se considerarmos as taxas de rendimentos dos lugares, há tendência para os proprietários não venderem, ou a vender a preços tais que não possam ser comprados, muitas vezes a não ser por sociedades que compram a um nível de superespeculação. Isso provoca raridade de terrenos e reforça a crise.

Diferentes soluções e iniciativas são propostas, em relação ao mesmo problema, segundo as variações da conjuntura histórica.

Trata-se de estabelecer um equilíbrio na situação de um certo bem no mercado, em que a intervenção pública se faz a dois níveis:

- na procura, com a criação de uma procura solvente e;
- na oferta, com a construção directa de alojamentos e adopção de medidas que facilitem as realizações imóveis e reduzam os preços.

O dimensionamento de empreendimentos edificados é condicionado por diversos factores, sobretudo quando se trata de habitação, pelo dinamismo da procura e a sua distribuição geográfica na medida em que:

- se a procura não apresenta limitações práticas, o dimensionamento é apenas sujeito aos condicionalismos de imposições, urbanísticas por exemplo, de localização;
- se a procura tem limitações, tanto de preços de venda como de distribuição geográfica do empreendimento, o seu dimensionamento fica condicionado por problemas de custo, por condições de financiamento, e por exigências de planeamento físico e de localização.

Deste modo os empreendimentos de pequena dimensão não podem ter os seus custos onerados com encargos muito elevados, o que impõe a sua simplificação bem como dos métodos de gestão.

Sobre estes incide ainda, digamos com maior acutilância, a disponibilidade de terrenos cuja vocação corresponda às exigências básicas da execução do empreendimento.

A existência de recursos humanos e de empresas necessárias à construção do(s) edifício(s), tal como de materiais, de elementos e de componentes da construção, com custos compatíveis com a rentabilidade económica e social do empreendimento, será outro dos factores contributivos à boa localização deste.

Ao ser definido o tipo de empreendimento em causa e conjugados os diferentes elementos intervenientes, será definido o preço de venda de cada tipo de habitação.

O nível e o ritmo de variação dos custos do terreno destinado à construção, não se interrelaciona directamente com o aumento da população, com o número de habitações em construção mas sim com:

- em períodos de elevação geral dos preços, os movimentos de antecipação a esta são muito mais fortes nos bens imobiliários, do que noutras categorias de bens de consumo ou de capital;
- alguns comportamentos influenciam as tendências de oscilação de preços, visto que o componente (valor de opinião) do custo do terreno se fundamenta em expectativas de rendimentos futuros, baseados na evolução do mercado;
- não é a valorização dos terrenos que origina a alta de preços da construção, mas antes o inverso, ou seja, os promotores só adquirem terrenos por preços

elevados, quando têm perspectivas de forte rentabilidade financeira dos investimentos, que são resultantes de grandes tensões no mercado imobiliário

Os problemas urbanísticos originam assim um rápido processo de transformação tipológica, em que as antigas edificações cedem lugar a outras e em que se torna mais premente a necessidade de preenchimento dos espaços intersticiais, que o aumento vertiginoso dos preços dos terrenos urbanos, devido a uma forte especulação imobiliária, que foi deixando vazios.

Por outro lado, a falta de instrumentos de planeamento eficazes, que orientassem eficazmente as expansões urbanas, conduziu a um avolumar dos problemas de desestruturação urbana, por vezes, de sobredensificação dos antigos aglomerados. É aliás, esta falta de estruturação do crescimento urbano que tem estado na origem do progressivo aparecimento de situações marginais, bem como algo descoordenadas (alguns loteamentos, por exemplo), contribuindo para a deterioração da imagem urbana do conjunto edificado.

Continuando a expandir-se indefinidamente, em resposta ao impulso tecnológico e ao lucro imediato, o aglomerado urbano tenderá a ligar-se ao seu vizinho, perdendo a sua individualidade.

Para G. Cullen⁽⁸⁾ a cidade é entendida como um sistema integrado capaz de subsistir a todas as vicissitudes/ocorrências económicas e/ou sociais.

Ela é, então apresentada como uma entidade física e social, representando a humanização dos espaços urbanos, a violentação do ambiente, e a (re)invenção dos locais sem quebrar a ligação entre o homem/território dominado.

⁸ CULLEN, Gordon - *PAISAGEM URBANA*, Lisboa, Edições 70, 1984

Muitas das vezes essa humanização não é mais que uma mera "transformação" do mundo rural em urbano, exclusivamente pela realização das infraestruturas, geradora de construção dispersa e de características idênticas, mais ou menos iguais, igualmente (in)transcendentes.

Deparamo-nos com um território inacabado e com grandes assimetrias onde cohabitam diferentes densidades urbanas, predominando tecidos urbanos descontínuos ou não consolidados.

Planeia-se para as cidades serem melhores, para a sua imagem e qualidade estética serem controladas de acordo com modelos de critérios considerados mais desejáveis.

No entanto, constatamos por mais planeamento que se faça, os aglomerados não se desenvolvem de acordo com os modelos propostos, ou só limitadamente a eles respondem, em que a qualidade do espaço urbano é, cada vez mais, um elemento de diferenciação e de estratificação.

6.

ROTURA EDIFICADA / ARQUITECTURA CONTEMPORÂNEA

As casas são feias, estragam as paisagens, são de «mau gosto», crescem como cogumelos e serão, a maior parte das vezes, impostas por desenhadores não representando sequer um valor cultural próprio (para uma interpretação mais populista).⁽¹⁾

Detecta-se alguma continuidade entre a tradição construtiva da(s) região(ões) e a produção edificada actual?

Detecta-se alguma inovação significativa que acompanhe o estado global da cultura arquitectónica presente?

Para as duas questões, independentemente da área em questão, a resposta é negativa. E é esta dupla negação que estabelece a rotura identificável com a arquitectura e estabelecendo-se com esta, por definição, se estabelecerá com o território.

Perante as circunstâncias, deparamo-nos actualmente em face de um processo involutivo da arquitectura, por duas razões:

- o imenso e desconcertante aumento do número das construções humanas, o que acarretou uma enorme preocupação e um menor interesse pela construção isolada e
- a aquisição generalizada hoje em dia dos novos materiais de construção aperfeiçoados pela tecnologia, o que veio extinguir a procura de uma nova

¹ DIAS, Manuel Graça - *VIDA MODERNA*, Mirandela, João Azevedo Editor, 1992, p.209

concepção formal da actividade arquitectónica que havia sido suscitada num primeiro tempo pela novidade dos próprios materiais e que hoje se transformou em mera rotina de construção.

De outro modo, o constante aumento da população, por um lado, e ainda mais a constante tendência para o consumismo numa sociedade que se encontra bem longe de ter atingido o equilíbrio económico e social, fazem com que, por todo o lado, alternem operações desproporcionadamente publicitárias e mediáticas que se contrapõem à mais absoluta “miséria estética” e social das construções destinadas ao fim habitacional e respectivas infra-estruturas de apoio.

Percorrendo hoje as periferias dos aglomerados populacionais e as estradas de Norte a Sul do País, ao constatar os volumes de construção realizados nos últimos anos, uma interrogação não poderá deixar de, espontaneamente, se colocar: a denominada crise de construção que desde há muitos anos vem sendo mote, será ela uma realidade económica, generalizada a todo o sector, ou tão somente uma crise do modelo de crescimento empresarial característico de inícios dos anos setenta?

Simultaneamente, assistiu-se pelo País fora -com particular relevância no Centro e Norte -, a uma profunda alteração da paisagem natural e construída.

Por extensão ou reconstrução, as aldeias e vilas dessas regiões perderam os tradicionais elementos definidores de uma paisagem edificada: construções térreas, de pedra granítica ou xisto irregular, caiadas noutras regiões, invariavelmente recobertas com a tradicional telha lusa que o tempo envelhece. Em seu lugar surgiram modernas construções de dois pisos, com utilização dominante do bloco de cimento ou tijolo, revestidas de azulejos com fantasias e tintas luminosas. A telha marselha e a de aba e canudo, de cores diversas, substituíram a telha lusa.

Aldeias existem, hoje, onde as tradicionais construções já não passam de reminiscências. Encontrá-las exige observação aturada do visitante. Em certas regiões,

os novos edifícios feitos por acréscimo de um andar aos pré-existentes revelam situações das quais, nas paredes do rés-do-chão aparecem ainda os materiais tradicionais, enquanto que o andar superior surge normalmente rebocado e pintado.

Estamos perante uma necessidade urgente de, já tardia, reflexão acerca dos “nossos” padrões de cultura que, passivamente, vamos aniquilando.

Não é verdade que a construção especulativa que nos invade, seja esteticamente horrível mas economicamente lógica: ela é anti-económica urbanisticamente e no plano das funções habitacionais é feita por si mesma. Se algumas casas rurais, artesanais e anónimas são atraentes não é por que estas sejam pitorescas e escolasticamente "proporcionadas" mas sim porque o processo funcional se traduziu numa sequência coerente dos espaços, económica e bela em si mesma.⁽²⁾

Assistimos nas últimas décadas, impávidos, à imposição de modos de ser e sentir vindos de povos “bárbaros”, de países detentores de grande poder económico, capaz de exercer pressões subtis sobre aqueles que vão criando expectativas de um progresso quantas vezes mal compreendido; culturas, aquelas, que pouco ajudam no crescimento harmonioso da nossa.

Daí a situação da arquitectura portuguesa contemporânea se apresentar algo caótica, genericamente pelo seguinte:

- utilização de técnicas demasiadamente ultrapassadas;
- utilização de elementos estruturais/decorativos remanescentes de outras formas de cultura e/ou históricas;
- eliminação de valores legados pelo passado, como “não modernos”;

² ZEVI, Bruno - *ARCHITECTURE IN NUCE, UMA DEFINIÇÃO DE ARQUITECTURA*, Lisboa, Edições 70, 1986, p.152

- não apreensão, minimamente, do “Genius Loci” do lugar;
- adulteração do sítio;
- circunstâncias burocráticas.

Para alguns teóricos portugueses a “crise”, a ultrapassar, apresenta-se desde há alguns anos como um *turbilhão de imagens, de formas, de gestos, de maneiras e modas e de intenções*,⁽³⁾ geradora de uma *certa letargia conceptual aparente*.⁽⁴⁾

Para Sérgio Fernandez, em parte a referida crise decorre de uma *falsa linguagem que apenas se apoia num certo tipicismo*,⁽⁵⁾ aproveitado descaradamente pelos emigrantes com a utilização de *uma amálgama de todos os vocabulários autóctones*,⁽⁶⁾ mas onde a sua articulação e/ou conjugação não se adequa em termos de implantação e integração, vindo a “envergonhar” e descaracterizar toda a paisagem.

Denota-se uma disponibilidade total à aceitação de tudo o que provem do exterior.

Assim, nós perdemos a nossa força cultural.

Já em 1972 José Augusto França⁽⁷⁾ levantava a questão da proliferação rápida, por todo o País, da “arquitectura de emigrantes” institucionalizada destruindo aceleradamente a paisagem na maior parte dos casos com o devido conhecimento das autarquias locais e outras entidades competentes.

³ PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel - *PORTUGAL - ARCHITECTURE 1965-1990*, Paris, Editions du Moniteur, 1992, pp.34-35

⁴ IDEM p.35

⁵ FERNANDEZ, Sérgio - *PERCURSO - ARQUITECTURA PORTUGUESA 1930/1974*, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1988 (1985) p.177

⁶ IDEM p.178

⁷ FRANÇA, José Augusto - *A ARTE E A SOCIEDADE PORTUGUESA NO SÉCULO XX (1919-1980)*, 2ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1980 (1972) pp.66-67

6.1

CARACTERÍSTICAS ARQUITECTÓNICAS

Pensam que uma escada leva sempre a certa espécie de casa ou terraço, e são magnânimos admitindo alguma variação de formas e propósitos, dentro dos termos das casas e terraços que há. Pois estão à vossa espera senhores, casas e terraços de estranhos sistemas arquitectónicos.⁽¹⁾

A ordem arquitectónica deriva de uma cuidadosa selecção e composição de funções, de tal maneira que se melhora a sua eficácia e capacidade para satisfazer os utilizadores. A utilização de temas distintos procura a identidade individual e a variedade das partes no meio, facilitando ao indivíduo a identificação com um lugar concreto em dado momento.

Tradicionalmente, muitas formas de decoração provêm da expressão e o ponto de união de distintos elementos arquitectónicos.

É com alguma incompreensão que, em muitos casos, os residentes das aldeias renovadas ouvem ou conhecem opiniões discordantes, veementes, condenatórias, verbando o “mau gosto”, a desinserção na paisagem, os “gostos estrangeiros”, os “atentados” ao património-expressões que tendem a caracterizar uma certa intolerância pseudo-erudita de cidadãos opinativos; por contraste com a atitude geralmente mais aberta e mais compreensiva dos que têm autoridade técnica e profissional em matéria de urbanismo e de arquitectura.

¹ HÉLDER, Herberto - *PHOTOMATON & VOX*, 2ª Edição Lisboa, Assirio e Alvim, 1987 (1979) p.122

Na realidade, a sanha crítica contra as ditas “casas de emigrante” nem sempre se dirige exclusivamente a estas, pois alguns exemplos criaram “escola” vindo os “originais” a serem copiados e reproduzidos sendo indevidamente atribuídas a emigrantes ...apenas porque primam pelo que é considerado de gosto discutível ou atrevido.⁽²⁾

O esquema básico é constituído essencialmente pelo tradicional prisma de paredes portantes, telhados de duas ou quatro águas, muros rebocados e lisos, ligeiramente reticulados por bandas divisórias de pisos, alguns ressaltos de esquinhas.

Perdeu-se, ao que Domingos Tavares⁽³⁾ apelida de *nosso lema* de integração, ou seja, *respeitar o espírito de uma arquitectura moderna encontrando as linhas vanguardistas do processo de intervenção na construção, fazer funcionar a obra construída, mas acima de tudo manter o ponto de referência urbano que, servindo de modelo ao tema, garantisse a identificação da obra com o processo histórico da cidade.*

Da caracterização global enunciada, poder-se-á propor uma esquematização de abordagem possível à construção massiva actual, agrupando-se do seguinte modo:

1. Quanto às suas características próprias como arquitectura

- tipo construtivo, a relação com a arquitectura popular e/ou vernácula, alguma expressão formal
- um ou dois níveis edificados, cobertura em telhado e se possível garagem
- adequação funcional idêntica

² Relativamente ao gosto veja-se por exemplo SCRUTON, Roger - *ESTÉTICA DA ARQUITECTURA*, Lisboa, Edições 70, 1979, pp.200-203 e TÁVORA, Fernando - *DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO*, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1982 (1962), p.69

³ TAVARES, Domingos - *DA RUA FORMOZA À FIRMEZA*, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1985(1980), p.26

2. Quanto ao seu enquadramento e contexto, como conjunto

- referências ao lugar inexistentes
- imagem negativamente contrastante com a arquitectura da região, acusando um corte radical quanto à sua escala e funcionalidade
- “repetição” modelar entre elas, falta de ritmo nas fachadas
- organização interna do espaço de fogo idêntica

3. Quanto às relações com outras formas de expressão arquitectural

- aceitação pragmática dos materiais e tecnologias disponíveis
- (i) mobilidade plástica
- os vãos "saltam", aparecem onde têm de aparecer (mero cumprimento das disposições regulamentares aplicáveis -RGEU)
- conjunto de referências aleatórias que se misturam e repetem num "gosto" duvidoso.

A tipologia de moradia começa a dominar, maioritariamente, os processos de crescimento urbano, através dos novos loteamentos, que oferecem lotes compatíveis com essas características (tipologia, uso, função).

Neles é permitido o quintal, o jardim, a horta, a garagem e/ou anexo de apoio à habitação, que se tornam inviáveis nos edifícios de habitação colectiva.

O modelo mais universalmente apreendido, talvez daí a conotação “típico” é o que evoca de algum modo o da “casa portuguesa”, entendido como moradia-lar, humilde mas graciosa, como Raul Lino a imortalizou na sua obra teórica:⁽⁴⁾ com

⁴ LINO, Raul - *CASAS PORTUGUESAS, ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O ARQUITECTAR DE CASAS SIMPLES*, 8ª Edição, Livros Cotovia, 1992 (1933 - Valentim de Carvalho)

alpendre, telhados com beiral, cores garridas da cal e onde não faltam os pequenos arranjos floridos.

Pedro Vieira de Almeida⁵ manifesta, mesmo pelo não reconhecimento do trabalho de Raul Lino que nos conduziu, de certo modo, a *alguma pronvincianice moderna de quanto se constrói*.

Há pouca elegância ou preocupação no que respeita à proporção e perfeição dos acabamentos; os materiais de construção são vulgares e utilizados em combinação, tijolos e betão, janelas com dimensões muito idênticas, os telhados, de duas a quatro águas, como já referido. Fachada "principal" pode ser, parcialmente decorada, rebocos areados/roscone, revestimentos cerâmicos ou de pedra exposta ao público ou, pelo menos para a rua.

Tudo isto preparou as pessoas para projectos simples e modestos, feitos a partir de materiais produzidos em massa, padronizados e prontos a usar que podem parecer monótonos, mas são muito mais baratos do que os componentes exclusivos de outras situações, aparentemente, (demasiado) diferenciadas.

Já Le Corbusier, no seu tempo (anos 20), reclamava a contemporaneidade, com base nos conhecimentos e materiais criados/produzidos/utilizados da época, buscando formas, de modo a expressar o "Espírito da Época".

⁵ Ver a este propósito, ALMEIDA, Pedro Vieira de - "FRANK LLOYD WRIGHT" In *JORNAL ARQUITECTOS* Nº150, A.A.P., Agosto 1995, p.29

6.2

O DESENHO COMO ELEMENTO DE RECONSTRUÇÃO

Desenhar o que é? Como se lá chega? É o acto de abrir passagem através de uma parede de ferro invisível que parece colocada entre o que sentimos e o que podemos. Como deve atravessar-se tal parede, pois de nada serve bater-lhe forte, tal parede deve ser minada e atravessada com uma lima lentamente e com paciência.⁽¹⁾

O desenho em arquitectura não é o fim em si mesmo, *persegue uma ideia na sua lenta transformação* (A. Siza).

Algumas vilas e cidades (poucas) podem indicar-se pela importância que deram à arquitectura nas suas lentas transformações, outras, senão a maioria, continuam num processo de ignorância em que a cultura urbana e a própria arquitectura fazem parte da mesma realidade.

A arquitectura tende a perder a autonomia quando reduzida a uma visão utilitarista e economicista como instrumento de gosto pobre e medíocre institucionalizado pelo próprio poder, por ignorância ou arrogância.

A arquitectura/construção torna-se “mimética”, limitada em si própria, para não ser mais que um “pastiche”, homogénea.

Perante a(s) realidade(s), o que consideramos útil é a proposta de metodologia da discussão a incrementar, a qual provocará sucessivos aprofundamentos no esclarecimento do que são as formas urbanas e de qual é o nosso querer colectivo

¹ citação de VAN GOGH In ARTAUD, Antonin - *VAN GOGH, O SUICIDADO DA SOCIEDADE*, Lisboa, Hiena Editora, 1993 (1975 - Gallimard) p.46

quanto ao meio urbano onde habitamos, esclarecimento que pressiona a adequação conceptual e é portanto motor da re-invenção formal.

Ao marcar esta delimitação não se pretende evidenciar ou reforçar um método faseado de tomar decisões com expressão física, assunto susceptível de longa discussão e dependente do modo de produção do espaço, mas encarar as escalas de abordagem territorial, destacando e analisando as características físicas dos elementos que marcam o sistema urbano no seu conjunto e devem vincular a integração coerente e expressiva dos projectos parciais que o irão constituir, decidindo o tipo de cidade e orientando a sua evolução.

Segundo M. C. Fernandes⁽²⁾ *a arquitectura na sua origem, está (...), mais próxima da produção do que do projecto ou do desenho, ou seja, está mais próxima da construção do que dos processos de representação e comunicação.*

Presentemente encontra-se perfeitamente normalizado o exercício da arquitectura, independentemente das diferenças de crescimento, na sua qualificação ou na sua operacionalidade sobre a globalidade do território.

Crescimento este cuja normalização não significa exclusivamente burocracia, ou “adormecimento” criativo, mas antes o anular artístico e sensível da capacidade do desenho, e conseqüentemente, a promoção de um género, de um tipo homogéneo, dir-se-ia “ingénuo”.

O problema que dificulta a discussão integradora e conseqüente formação de um “carácter urbano” é profundamente cultural, caracterizando-se a nossa sociedade de consumo pela multiplicidade e rotatividade de “estilos”, fascínio da novidade e não do novo, do movimento e não da mudança, do objecto em si como símbolo e não da

² FERNANDES, Manuel Correia - *A ESTRUTURA DE SUPORTE*, Porto, Seis Lições N.º4, FAUP Publicações, 1995, p. 30

sua real possibilidade de usufruto numa prática quotidiana e, principalmente, pelo poder do económico sobre o social e o cultural, com todo o seu rol de consequências no processo e forma de construção do meio.

O desenho não deverá ser encarado como virtuosismo, como o “artista tem jeito para...”, mas antes na sua essência como:

- elemento constituinte do acto de projectar com agilidade e consciência;
- elemento não sistemático, simbólico e poético, na concepção do projecto;
- expressão gráfica de uma intenção;
- síntese de ideias e vivências;
- modo de entender o real;
- interveniente transformador, estimulante criativo;
- instrumento capaz de efectuar a abordagem global das diferentes componentes do projecto.

Nesse sentido, cada lugar seria portanto legível e trabalhável a dois níveis arquitecturais: como “um dos lugares da cidade”, ligado a esta por um conjunto de características morfológicas expressando a sua posição cultural, reconhecível como parte significativa do todo e decidido a nível do planeamento físico, como problema de arquitectura urbana e como “aquele lugar” com expressão própria definida pela concretização do projecto a nível da própria arquitectura do(s) edifício(s) e dos espaços envolventes.

Os novos modelos promovidos a “monumentos” veiculam de facto as aspirações conjuntas de uma população, no sentido de uma identificação ou, pelo

contrário, a dispersão num progressivo anonimato, mais ou menos consumista, mais ou menos turistizado.⁽³⁾

Estes importados e consumidos maioritariamente já “fora do prazo”, e em “segunda mão”, entram no circuito da mera resposta à formulação da encomenda, no fim de contas, de elaborar uma forma que compreenda os intuitos e desejos, numa *repetição ordenada de um número limitado de elementos técnicos.*⁽⁴⁾

Não se deverá, mesmo assim, substituir as competências dos habitantes sobre o seu habitat, mas antes explorá-las, analisá-las com os instrumentos inerentes ao acto de projectar, o desenho.

Se o que define a alteração das formas no espaço, seja este rural ou urbano, não é suficiente para que se fale de uma categoria de Arquitectura, tal não significa que os traços culturais da transformação sejam desprezíveis.

Antes pelo contrário, encontramos aí nas denominadas motivações de base, as carências de linguagem a que o projecto arquitectónico terá de oferecer a resposta do desenho.

Por conseguinte conseguir-se-á, eventualmente, manifestar a identificação do(s) lugar(es) colectivo(s), enfrentando o "contínuum" urbano de que nos tornamos progressivamente habitantes.

Através do desenho mostraremos que o espaço envolvente às cidades, chamemos-lhe periferia, subúrbio ou o próprio alargamento da cidade, bem como o efeito destas sobre os centros urbanos, possa vir a ser diferente, atendendo a que se

³ BYRNE, Gonçalo - "OLHAR A ARQUITECTURA, PERCEBER A CIDADE" In *JORNAL ARQUITECTOS*, A.A.P., Dez. 1985

⁴ FERNANDES, Manuel Correia - *Idem*, p. 31

hoje são encarados como espaços marginais, foi porque anteriormente os excluimos da nossa atenção projectual, nós próprios os periferizámos.

Entendido como inteligência prática na busca e sintetização das diversas componentes envolvidas na área de projectar, *o desenho é (...) a obra ao contrário do projecto, que é processo.*⁽⁵⁾

⁵ VIEIRA, Joaquim - *O DESENHO E O PROJECTO SÃO O MESMO?*, Porto, Seis Lições Nº 6, FAUP Publicações, 1995, p. 49

7.

CONCLUSÃO/ÕES

7.1

EM TERMOS URBANOS

O tempo urbano é de lentas misturas e permanentes contrastes sempre reeditados, um tempo matreiro, paciente, onde se compõe uma paisagem febril através de séculos de imensa calma. Ninguém faz a cidade. A cidade faz-se como que por si. ⁽¹⁾

Poder-se-á aqui fazer, por comodidade de exposição a distinção entre duas cidades -a cidade histórica, cujos limites foram definidos até ao 1º quartel deste século e a cidade "subúrbio", que se foi desenvolvendo mais ou menos desurbanizadamente, pela ocupação de terrenos a promover, mais baratos pela distância ao centro, permitindo menores aplicações financeiras e maiores margens de lucro.

A primeira degrada-se de dia para dia pela acção temporal, pela acção motorizada que a vai rompendo e agredindo, pela transformação das suas actividades, que origina demolições e inserção de edifícios mal integrados, pela rarefacção de residentes nas áreas centrais, inclusivé através da sua mudança para a periferia, e as suas habitações a serem ocupadas por outros serviços e usos ou por grupos sociais de

¹ CALDAS, João Vieira e GOMES, Paulo Varela - "OS QUARTEIRÕES DE QUARTEIRA", In Semanário *EXPRESSO*, 21.05.88

menores recursos, tendo depois a continuação da degradação física e o começo da segregação social.

A segunda, pode mesmo dizer-se que nasce já degradada, pois ao ser comandada pela livre iniciativa dos "tubarões", avança ao longo das vias de comunicação e fora destas, pelos espaços abertos, sem se saber onde parará.

Qualquer intenção de melhorar o quadro urbano deverá conter a reabilitação do centro e a reestruturação da sua envolvente, deficientemente urbanizada.

A reabilitação da cidade que aqui se fala não é apenas a reabilitação dos seus edifícios nem a recuperação, apenas, de uma certa morfologia urbana, mas a reabilitação das relações sociais dos seus habitantes, através da estruturação dos seus locais de encontro nas áreas concretas que lhes pertencem -ruas, praças, parques, centros de cultura e diversão, centros de participação colectiva.

Embora tivessem faltado às periferias/subúrbios muitos atributos da cidade antiga, eles serviram de campo experimental para o aperfeiçoamento de novas tipologias e uma nova distribuição de funções urbanas.

Poder-se-á afirmar que estes prepararam o caminho para uma melhor ordem de planeamento.

Embora o subúrbio pertença já ao passado pelo seu envolvimento pela "conurbação", algumas das lições por ele transmitidas deverão ser incorporadas no novo conceito de cidade.

Pensamos que o que existe pode ser melhor e que a nossa contribuição é decisiva. Sabemos porém que essa intervenção pode conter riscos, custos e efeitos

sobre terceiros e que ela precisa de ser elaborada com grande unidade e responsabilidade.⁽²⁾

Retomando a cidade histórica, um dos problemas mais prementes entre nós é a existência nas zonas antigas de edifícios obsoletos, super ocupados e com carências enormes de equipamentos, ou até de edifícios abandonados e deficientemente aproveitados.

Estamos perante um património de valor cultural e económico inestimável, sem que se vejam medidas positivas capazes de enfrentar este grave problema.

As intervenções poderão ser entendidas como arrojadas. Ao contrário da criação de "áreas museu", pensamos que a revitalização é que defende eficazmente o património arquitectónico.

O combate à prática arquitectónica especulativa fica aberto.

Há que regulamentar primeiro e terminar com a especulação. Se o valor do terrenos for limitado oficialmente, os proprietários interessar-se-ão pela recuperação dos edifícios.⁽³⁾

O processo lento de alienação do Centro Histórico tem que ser travado e não apenas pelo estabelecimento de normas teóricas de protecção, que aliás já existem. Urge estabelecer medidas concretas. Esperemos que prevaleça o urbanismo ao serviço da democracia, aquilo a que se convencionou chamar reabilitação integrada.

² VIEIRA, Joaquim - *O DESENHO E O PROJECTO SÃO O MESMO?*, Porto, Seis Lições Nº6, FAUP Publicações, 1995, p.48

³ Consideração de Gonçalo Ribeiro Telles, In "SALVAR LISBOA: UM PROJECTO EUROPEU", Semanário *EXPRESSO*, 13.06.87

Princípios gerais a serem considerados na intervenção:

- o antigo e o moderno deverão participar conjuntamente na evolução urbanística da cidade;
- deverá existir uma planificação que permita a integração do antigo no esquema racional de organização do espaço;
- participação consciente das autoridades na resolução dos problemas sociais, económicos, políticos e administrativos;
- esclarecimento activo da opinião pública;
- participação popular.

Problemas base a serem considerados na intervenção:

- o envelhecimento dos edificios e da estrutura urbana;
- edificios sub-utilizados, redistribuição de espaço, melhorando as condições de habitabilidade;
- reorganização da rede viária interna;
- tipologias da nova arquitectura, e sua forma, para que não se destrua o conjunto da imagem do Centro Histórico, mas se enriqueça;
- necessidades de equipamento,
- necessidades de classificar novos edificios, cumprindo as recomendações do Conselho da Europa;
- reutilizar os monumentos, e outros edificios sub-aproveitados que, pela sua forma, não têm condições adequadas à função habitacional, mas cuja recuperação formal e funcional poderá incrementar as actividades ligadas ao turismo e à cultura;

- sistemas de recuperação das habitações existentes e de espaços livres privados e logradouros;
- estabelecimento de prioridades de intervenção;
- consideração da legislação existente sobre a salvaguarda.

Nesta (a cidade) o todo é sempre muito mais, de facto, que a soma das partes. Ou há muito que deixou de haver todo.⁽⁴⁾

Remetida quase exclusivamente à gestão das acções de iniciativa privada, a Administração Pública e, em particular, a Administração Municipal tem estado limitada por falta de capacidade negocial, por insuficiência de instrumentos legais, e por contradições existentes entre os critérios urbanísticos (locais e centrais) de administrar devidamente o território.

De facto, não foram criados elementos estruturantes específicos do tecido suburbano, originando deficientes organização e articulação internas e com as áreas envolventes e mesmo concelhias.

O planeamento deverá incidir em primeira instância no desbloqueamento das situações de compressão, antevendo-se perspectivas para a correcção das actuais assimetrias e a reestruturação do tecido urbano, centradas em alguns sectores, tais como :

- definição de áreas de expansão para os aglomerados urbanos existentes, de acordo com os instrumentos de planeamento adequados e acautelando as áreas vocacionadas para outros usos, em que estes deverão a curto prazo:
 - impedir acções que comprometam irremediavelmente o futuro;

⁴ CALDAS, João Vieira e GOMES, Paulo Varela - Idem

- iniciar as acções urbanísticas tendentes a resolver problemas de ordenamento nas áreas;
- corrigir as situações mais críticas de má qualidade urbanística.
- evitar a abertura de novas frentes de urbanização em zonas sensíveis do ponto de vista económico/ambiental tendo em conta a legislação em vigor;
- completar a rede viária concelhia e inter-concelhia, em articulação com as acções de desenvolvimento urbanístico controladas ou mesmo promovidas pelos Municípios, por forma a que a abertura de novas vias funcione como um elemento de promoção de novas estratégias urbanísticas municipais e não como mero despoletar de novas frentes de crescimento urbano especulativo;
- garantir o financiamento das obras de infraestruturização através de um permanente e equilibrado reequacionamento das taxas de urbanização;
- completar e qualificar o tecido urbano existente nas áreas de grande densidade, melhorando a sua imagem urbana através da valorização dos espaços urbanos públicos e promovendo a localização nessas áreas de actividades não habitacionais (comércio e serviços), desde que compatíveis com o uso dominante.

No entanto, tais situações/sectores de actuação deverão ser avaliadas individualmente, ou seja, não existem regras universais de planeamento aplicáveis.

A realidade, a geografia, a topografia, todas as situações decorrentes, os agentes intervenientes, etc., constituem um grupo (vasto) de modeladores de estabelecimentos de relações urbano/rural, contribuintes para uma possível harmonia, sem o prévio equacionamento de modelo único.

Depararemos-nos, cada vez mais, com a memória dos sítios, com a sua inerente componente histórica, originadores de modelos teóricos metodológicos, englobando métodos de intervenção, e não recorrer a modelos universais, modelos desenhados aplicáveis "tanto aqui como na China".

Em suma, presentemente não é possível ter ideias gerais para o desenvolvimento urbano, mas sim utilizar modelos particulares que decorrem da análise histórica individual (a história como elemento de projecto), de modo a aplicar regras caso a caso.

7.2

EM TERMOS ARQUITECTÓNICOS

Atrevo-me a dizer que representam neste fim de século, a verdadeira arquitectura popular portuguesa.⁽¹⁾

Quanto à qualidade arquitectónica, numa sociedade em que as relações económicas e os valores culturais se alteraram de forma radical, é absurdo supôr que se iriam manter as arquitecturas de xisto e areão, da sociedade primitiva.

A destruição de tais exemplos e valores estéticos é irreversível e a criação de determinadas imposições no sentido de camuflar as novas construções com cores e formas tradicionais é, no mínimo, caricato.

A reabilitação da «arquitectura regional», pode talvez passar pelo investimento na investigação de novas tecnologias aplicadas à exploração e utilização de materiais locais, de modo a criar-se um intercâmbio entre uma arquitectura que responda às actuais exigências de habitabilidade e aos valores simbólicos vigentes na sociedade em que se implanta.

A resposta arquitectónica, implicando o manuseio de duas linguagens (rural e urbana) confronta-se com a real perda da primeira e a ausência de integração da segunda.

Se não enveredarmos pela categorização arquitectónica relativa aos elementos patentes, tal não significa que os traços culturais inerentes à transformação sejam

¹ DIAS, Manuel Graça - *VIDA MODERNA*, Mirandela, João Azevedo Editor, 1992, p.210

desprezíveis, mas antes, encontram-se aí as motivações de linguagem a que a arquitectura terá de oferecer a resposta pelo desenho.

Por mais planeamento que se faça, as cidades não se desenvolvem de acordo com os modelos propostos, por exemplo os clandestinos, bem como a qualidade do espaço urbano é um elemento de diferenciação e estratificação, que gera fenómenos de marginalização urbanística, por um lado, e de produção informal e inadequada por outro, e têm maior importância quantitativa e qualitativa.

A este respeito poderão observar-se algumas posições, tais como:

Para Alexandre Alves Costa⁽²⁾ a evolução da arquitectura portuguesa encontra-se no *manuseamento da diversidade de linguagens, no carácter temporário e local dos consensos e não no objectivo único da persistência de um idêntico nacional.*

No entanto, no adequar *os modelos do passado a novas situações* decorre um percurso bifurcado segundo Nuno Portas e M. Mendes:⁽³⁾

- “culturalizar” a tutela do sujeito na elaboração do projecto
- “contextualizar” a história no sistema construtivo dos significados arquitectónicos.

Talvez estejamos demasiado próximos destas transformações para formarmos um juízo claro sobre a sua projecção e o verdadeiro carácter dos processos que implica.

A paisagem construída está em constante mutação, afinal, vivemos numa era de abundância, em que estilos de vida completamente diferentes podem ser afectados

² COSTA, Alexandre Alves - "PREFÁCIO - A PROPÓSITO DE UM PERCURSO" In S. Fernandez - *PERCURSO - ARQUITECTURA PORTUGUESA 1930-1974*, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1988(1985), p.4

³ PORTAS, Nuno; MENDES, Manuel - *PORTUGAL - ARCHITECTURE 1965-1990*, Paris, Editions du Moniteur, 1992, p.173

livremente e em que a qualidade dos acabamentos é muitas vezes considerada mais importante do que as partes básicas.

As consequências num futuro próximo podem muito bem ser paisagens urbanas que sejam um contraste de fragmentos cada vez mais vibrantes, desconexos e sem finalidade, *uma pós-moderna e tardo-moderna monotonia na variedade.*⁽⁴⁾

Outro caminho será pesquisar mais objectivamente nos mecanismos de organização do mercado, da formação do gosto dominante, da relação entre produção do espaço construído e transformação dos hábitos culturais sob a égide dos detentores do mercado, extraindo daí as ilações que permitam encontrar um caminho que coordene a nova realidade popular com as propostas de tipo intelectual, propostas a que chamaremos artísticas, de interferência no sistema, propondo a linguagem da alternativa, da crítica, da correcção ou de um novo tempo.

Para garantir a continuidade com o passado é necessária toda uma gama de métodos que vão desde a conservação à modificação e à substituição, métodos esses igualmente baseados no estudo analítico dos tecidos urbanos e na compreensão dos seus mecanismos de crescimento.

Atendendo à análise efectuada, a construção actual poderá ser abordada em três campos distintos:

- como representação - produto de práticas espaciais resultantes de fenómenos diversos: rural/urbano, tradição/modernidade, português/estrangeiro-desenvolvimento de modelos consumistas. A casa transforma-se em símbolo de privilégios, visível e apreciada por todos (início da trajectória pelos emigrantes);

⁴ RELPH, Edward - *A PAISAGEM URBANA MODERNA*, Lisboa, Edições 70, 1990, p.209

- como projecto - reúne aspectos familiares, vindo a ser massificada. Apresentam retomas tradicionais em contradição com práticas culturais distintas, algumas importadas, outras “impingidas” pelos técnicos e construtores;
- como técnica e estética - processamento e correspondentes causas pela interferência dos modelos, técnicas e materiais industrializados, intervenientes - desenhadores, construtores, responsáveis locais, etc.

Construção "tipo" cujas características estão ainda por sistematizar.

Portanto, nem regionalismo (crítico ou historicista, as duas vertentes em que este se poderia definir), nem outras formas alternativas de modernidade, tão pouco importante é aqui tentar descortinar quais as causas, no fundo de ausência de caracterização arquitectónica das edificações, (ausência da participação dos profissionais qualificados? Gestão de formas estritamente ligadas a referências desajustadas?, etc.) que se enquadram relativamente ao objecto.

É certo que a situação actual da arquitectura como disciplina é neste momento confusa e paradoxal, Ignasi Solá-Morales referia recentemente que, assim como a extrema e massiva divulgação-comunicação de valores como progresso, desenvolvimento, democracia e outros, tinha conduzido ao esvaziamento do seu conteúdo como significado, fenómeno presente nas sociedades contemporâneas. Também a grande multiplicidade e divulgação de produções e modas arquitectónicas imediatamente identificáveis, teria conduzido ao estabelecer de respostas aos problemas perfeitamente pré-determinados, consoante o tipo de "desenho" pelo qual se adoptasse, esta situação, implicaria necessariamente a fragilização da arquitectura exactamente no tempo em que esta se pretende mais actuante e divulgada.

Antecipando o cenário inicialmente proposto, não será esta evidentemente a situação desejável para a caracterização dos tais objectos edificados/construções

resultantes do "êxodo" da condição urbana-metropolitana para o território aberto das áreas em que ainda não é a elaboração humana o factor determinante da sua imagem.

Salienta-se e, para que seja enquadrado nesse sentido, que uma das reacções à aleatoriedade de algumas arquitecturas passa por aquilo que se poderá entender, no significado do acto construtivo, como essência da própria criação edificada.

Esta atitude passaria por expressões de contenção e posturas reducionistas como forma de contraponto à referida vulnerabilidade e aleatoriedade, perspassa por esta postura um sentido de aproximação chamar-lhe-íamos minimalista conceptual mas, da mesma forma, uma atenção particular à natureza dos materiais e sobretudo detalhes de ligação entre eles, nesta perspectiva, são feitas recorrências à tradição construtiva moderna, articulada com as tecnologias artesanais presentes no local, como que uma espécie de "regionalismo abstracto", fundamentado na funcionalidade, na exploração limite do pormenor e nas características dos processos construtivos adoptados.

Processa-se, pois aqui, como que um deslocamento do campo de conhecimento do objecto edificado, enquanto entidade-imagem, para o nível mais profundo da realidade construtiva, alicerçada no desenvolvimento da compreensão desse fenómeno, não se trata de uma ausência de arquitectura, mas antes de uma abordagem com recurso a gestos de desenho mais precisos, contidos e rigorosos. Este sistema de actuação englobará decerto, como dado fundamental para a construção, a natureza dos sítios de implantação (topografia e imagem-envolvente), pois que o rigor e contenção das propostas inevitavelmente imporá um critério de selecção apertado, entre as diversas hipóteses com que todos os actos de projecto se iniciam.

O local tenderá a cristalizar as formas mais adequadas, contidas nestas hipóteses, e por essa razão o objecto edificado, como atitude conceptual, participa logicamente da natureza daquele.

Este conceito de “arquitetura-construção”, não aliena nenhuma possibilidade de intervenção, estende a sua aplicação a todas as construções, pois que todas elas possuem um valor funcional ou simbólico. Tanto opera sobre tipologias habitacionais sofisticadas como sobre armazéns, ou pequenas arrecadações, pode lidar com o efêmero, mas assenta em actos definitivos porque essenciais.

Reflexão profunda sobre os materiais localmente disponíveis e suas possibilidades, contenção, gestos mínimos e precisos de desenho, grande rigor no detalhe construtivo, nas ligações e na topografia, e por outro lado conhecimento e reflexão sobre as diversas vertentes da tradição moderna (forma e tecnologia) eis as componentes que, do referido êxodo urbano-metropolitano, assegurarão o equilíbrio edificado no território-natureza, ele também dinâmico e mutável.

BIBLIOGRAFIA

AA. VV.

ACTAS, Congresso Internacional para a Investigação do Património, Alcobaça, 1978

AA. VV.

"CLANDESTINOS E OUTROS DESTINOS", In *SOCIEDADE E TERRITÓRIO*, Nº1, Porto, Edições Afrontamento, 1984

AA. VV.

ENCONTROS SOBRE CONSTRUÇÃO CLANDESTINA (I), Lisboa, DGOT - Direcção Geral do Ordenamento do Território (SEALOT - MPAT), 1989

AA. VV.

ENCONTROS SOBRE CONSTRUÇÃO CLANDESTINA (IV), Lisboa, DGOT - Direcção Geral do Ordenamento do Território (SEALOT - MPAT), 1990

AA. VV.

2º ENCORE - ENCONTRO SOBRE CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS, LNEC, - COMUNICAÇÕES (Vol. I e II), Lisboa, 27 de Junho a 1 de Julho 1994

AA. VV.

"ESPAÇO - EMIGRAÇÃO E RETORNO", In *SOCIEDADE E TERRITÓRIO*, Nº8, Porto, Edições Afrontamento, 1989

AA. VV.

"PATRIMÓNIO, AMBIENTE E REABILITAÇÃO URBANA", In *SOCIEDADE E TERRITÓRIO*, Nº14/15, Porto, Edições Afrontamento, 1991

ALMEIDA, Pedro Vieira de

"FRANK LLOYD WRIGTH", In *JORNAL ARQUITECTOS*, Nº150, A.A.P., Agosto 1995

ARTAUD, Antonin

VAN GOGH, O SUICIDADO SOCIEDADE, Lisboa, Hiena Editora, 1993(1975-Gallimard)

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL, 3ª Edição, Lisboa, A.A.P., 1988

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES

GUIA URBANÍSTICO E ARQUITECTÓNICO DE LISBOA, Lisboa, A.A.P., 1987

BELARD, Francisco; DIAS, Marina Tavares

"SALVAR LISBOA: UM PROJECTO EUROPEU", In Semanário *EXPRESSO*, 13.06.87

BENEVOLO, Leonardo

O ÚLTIMO CAPÍTULO DA ARQUITECTURA MODERNA, Lisboa, Edições 70, 1985

BRANDÃO, Pedro
"O ECLIPSE DA ARQUITECTURA SEM ARQUITECTOS", In *JORNAL ARQUITECTOS*, A.A.P.,
Janeiro/Febrero 1985

BYRNE, Gonçalo
"OLHAR A ARQUITECTURA, PERCEBER A CIDADE", In *JORNAL ARQUITECTOS*, A.A.P.,
Dezembro 1985

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela
"OS QUARTEIRÕES DE QUARTEIRA", In Semanário *EXPRESSO*, 21.05.1988

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela
VIANA DO CASTELO, Cidades e Vilas de Portugal Nº10, Lisboa, Editorial Presença, 1990

CÂMARA MUNICIPAL DE ALCobaça/GITAP
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, 1993

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, 1991

CÂMARA MUNICIPAL DO ALVITO/PLANARQ
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, 1992

CÂMARA MUNICIPAL DE AMADORA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, s.d.

CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA/ENDEME
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, 1993

CÂMARA MUNICIPAL DE BORBA/ENDEME
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE BORBA, 1997

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, 1992

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO/URBITEME
PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE MONTEMOR-O-NOVO, 1989

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR/SOC. DE ARQ. M. MAIA E J. AMORIM, ASSOC.
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, 1994

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR/SOC. DE ARQ. M. MAIA E J. AMORIM, ASSOC.
PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE, 1996

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM/PROFABRIL
PLANO ESTRATÉGICO DA CIDADE DE SANTARÉM, 1995

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL CONCELHO DE SINTRA, ESTUDOS PRÉVIOS, 1993

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA NO CASTELO
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, 1991

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA NO CASTELO
PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE, 1997

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA
PLANO DIRECTOR MUNICIPAL, 1993

CAVALCANTI, Dinah Guimarães de Lauro
ARQUITECTURA KITSCH SUBURBANA E RURAL, Rio de Janeiro, Edições Funarte, 1979

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA
Versão de 1989, Porto Editora Lda., 1989

CORBUSIER, Le
URBANISME, COLLECTION DE "L'ESPRIT NOUVEAU", Paris, Edition Vincent, Fréal & CO., s.d.

COSTA, Alexandre Alves
DISSERTAÇÃO, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da ESBAP, 1982(1980)

COSTA, J. Almeida; MELO, A. Sampaio e
DICCIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 5ª Edição, Porto, Dicionários Editora - Porto Editora Lda., s.d.

CULLEN, Gordon
PAISAGEM URBANA, Lisboa, Edições 70, 1984

DIAS, Manuel Graça
VIDA MODERNA, Mirandela, João Azevedo Editor, 1992

DORFLES, Gillo
A ARQUITECTURA MODERNA, Lisboa, Edições 70, 1986

DORFLES, Gillo
AS OSCILAÇÕES DO GOSTO, Lisboa, Livros Horizonte, 1989

EL PASEANTE, Nº 23/25, Madrid, Edições Siruela, S.A., 1995

ENGELS, F.
LA QUESTION DU LOGEMENT, Paris, Ed. Sociales, 1957

FERNANDES, Manuel Correia
A ESTRUTURA DE SUPORTE, Porto, Seis Lições, Nº4, FAUP Publicações, 1995

FERNANDEZ, Sérgio
PERCURSO -ARQUITECTURA PORTUGUESA 1930/1974, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1988 (1985)

FERREIRA, Alfredo de Matos
ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PORTUGUÊS, Porto, Edições FAUP, 1995

FERREIRA, Vitor Matias
A CIDADE DE LISBOA: DE CAPITAL DO IMPÉRIO A CENTRO DA METRÓPOLE, Lisboa, Coleção Universidade Moderna, Nº83, Publicações Dom Quixote, 1987

FRANÇA, José Augusto
A ARTE E A SOCIEDADE PORTUGUESA NO SÉCULO XX (1910-1980), 2ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1980 (1972)

- FRANÇA, José Augusto
A ARTE EM PORTUGAL NO SÉCULO XX (1911-1961), 3ª Edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1991(1974)
- HADJINICOLAOU, Nicos
HISTÓRIA DA ARTE E MOVIMENTOS SOCIAIS, Lisboa, Edições 70, 1978 (1973- Librairie François Masperc)
- HÉLDER, Herberto
PHOTOMATON & VOX, 2ª Edição, Lisboa, Assírio & Alvim, 1987(1979)
- ICOMOS
CARTA DE VENEZA, 1964
- JORGE, Virgolino Ferreira
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO E POLÍTICA CULTURAL PORTUGUESA, Évora, Anais da Universidade de Évora (3), 1993
- LAMAS, José M. Ressano Garcia
MORFOLOGIA URBANA E DESENHO DA CIDADE, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, FCG/JNICT, 1993
- LEWIS, D.
EL CRECIMIENTO DE LAS CIUDADES, Colección Ciencia Urbanística, Nº10, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1974
- LINO, Raúl
CASAS PORTUGUESAS, ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O ARQUITECTAR DE CASAS SIMPLES, 8ª Edição, Livros Cotovia, Lisboa, 1992 (1933 - VALENTIM DE CARVALHO)
- LYNCH, Kevin
A IMAGEM DA CIDADE, Lisboa, Edições 70, 1982
- MASSAPINA, Vasco
"V CONFRONTAÇÃO EUROPEIA DAS CIDADES HISTÓRICAS E PORTUGAL", In *JORNAL ARQUITECTOS*, A.A.P, Fevereiro 1986
- MENDONÇA, Nuno
"O BELO URBANO E A ESTÉTICA DA CONTEMPLAÇÃO", In *CORREIO DA NATUREZA*, Nº 17, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 4º Trimestre 1992
- MINISTÉRIO DA CULTURA, IPPAR
LEGISLAÇÃO NACIONAL, PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO - INFORMAR PARA PROTEGER, Lisboa, 1996
- MOUTINHO, Mário
A ARQUITECTURA POPULAR PORTUGUESA, Lisboa, Editorial Estampa, 1979
- MUMFORD, Lewis
A CIDADE NA HISTÓRIA -SUAS ORIGENS, TRANSFORMAÇÕES E PERSPECTIVAS, 2ª Edição, São Paulo, Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1982(1961)
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de; MOURA, Eduardo Souto; MESQUITA, João BRAGA, *EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA*, Câmara Municipal de Braga, 1982
- OBRADOIRO*, Nº10, Revista de Arquitectura do Colégio Oficial de Arquitectos de Galicia, Agosto 1984

- PARDAL, Sidónio; CORREIA, Paulo V. D.; COSTA LOBO, Manuel
NORMAS URBANÍSTICAS (Vol. I a III), Lisboa, D.G.O.T./U.T.L., 1990, 1991, 1993
- PEREIRA, Luz Valente
A FORMA URBANA NO PLANEAMENTO FÍSICO, Lisboa, LNEC, 1983
- PEREIRA, Luz Valente
REABILITAR O URBANO OU COMO RESTITUIR A CIDADE À ESTIMA PÚBLICA, Lisboa, LNEC, 1986
- PEREIRA, Nuno Teotónio
TEMPOS, LUGARES, PESSOAS, Os Contemporâneos do Público, Lisboa, Jornal Público, 19.10.96
- PORTAS, Nuno
"A TRANSFORMAÇÃO DAS CIDADES", In *JORNAL ARQUITECTOS*, A.A.P., Dezembro 1985
- PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel
PORTUGAL - ARCHITECTURE 1965-1990, Paris, Editions du Montteur, 1992
- RELPH, Edward
A PAISAGEM URBANA MODERNA, Lisboa, Edições 70, 1990
- RODRIGUES, C. M.; GUERRA, I.; CABRAL, J.; GASPAR, J.; FERNANDES, J. M.; SILVA, N. R.; MATIAS, N.
CLANDESTINOS EM PORTUGAL - LEITURAS, Lisboa, Livros Horizonte, 1989
- ROSSI, Aldo
A ARQUITECTURA DA CIDADE, Lisboa, Edições Cosmos, 1977 (1966)
- RUDOFISKY, Bernard
ARCHITECTURE WITHOUT ARCHITECTS, London, Academy Editions, 1964
- RUDOFISKY, Bernard
L'ARCHITECTURE INSOLITE, Paris, Tallandier, 1979
- SCRUTON, Roger
ESTÉTICA DA ARQUITECTURA, Lisboa Edições 70, 1979
- SEMA*, Nº 4, Lisboa, Editora Sementeira, Maio 1982
- SERRÃO, Vitor
SANTARÉM, Cidades e Vilas de Portugal Nº11, Lisboa, Editorial Presença, 1990
- TAVARES, Domingos
DA RUA FORMOSA À FIRMEZA, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura de ESBAP, 1985(1980)
- TAVEIRA, Tomás
DISCURSO DA CIDADE, Dissertação para o Concurso de Provas Públicas para Provimento de um lugar de Professor do 1º Grupo da ESBAL, Lisboa, Edição de Autor, 1974
- TÁVORA, Fernando
DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 2ª Edição, Porto, Edições do Curso de Arquitectura da E.S.B.A.P., 1982 (1962)

UNIDADE, N°4, Porto, A.E.-FAUP, 1995

VENTURI, Robert

COMPLEJIDAD Y CONTRADICCIÓN EN LA ARQUITECTURA, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1977

VIEIRA, Joaquim

O DESENHO E O PROJECTO SÃO O MESMO?, Porto, Seis Lições, N°6, FAUP Publicações, 1995

VILLANOVA, Roselyne de; LEITE, Carolina; RAPOSO, Isabel

MAISONS DE RÊVE AU PORTUGAL, Paris, Éditions Créaphis, 1994

WENDERS, Wim

EMOTION PICTURES, Lisboa, Edições 70, 1986

WRIGHT, Frank Lloyd

THE FUTURE OF ARCHITECTURE, New York, 1953

YOURCENAR, Marguerite

MEMÓRIAS DE ADRIANO, 6ª Edição, Lisboa, Editora Odisseia, 1988

ZEVI, Bruno

ARCHITECTURE IN NUCE, UMA DEFINIÇÃO DE ARQUITECTURA, Lisboa, Edições 70, 1986

ZEVI, Bruno

SABER VER A ARQUITECTURA, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Arcádia, 1977